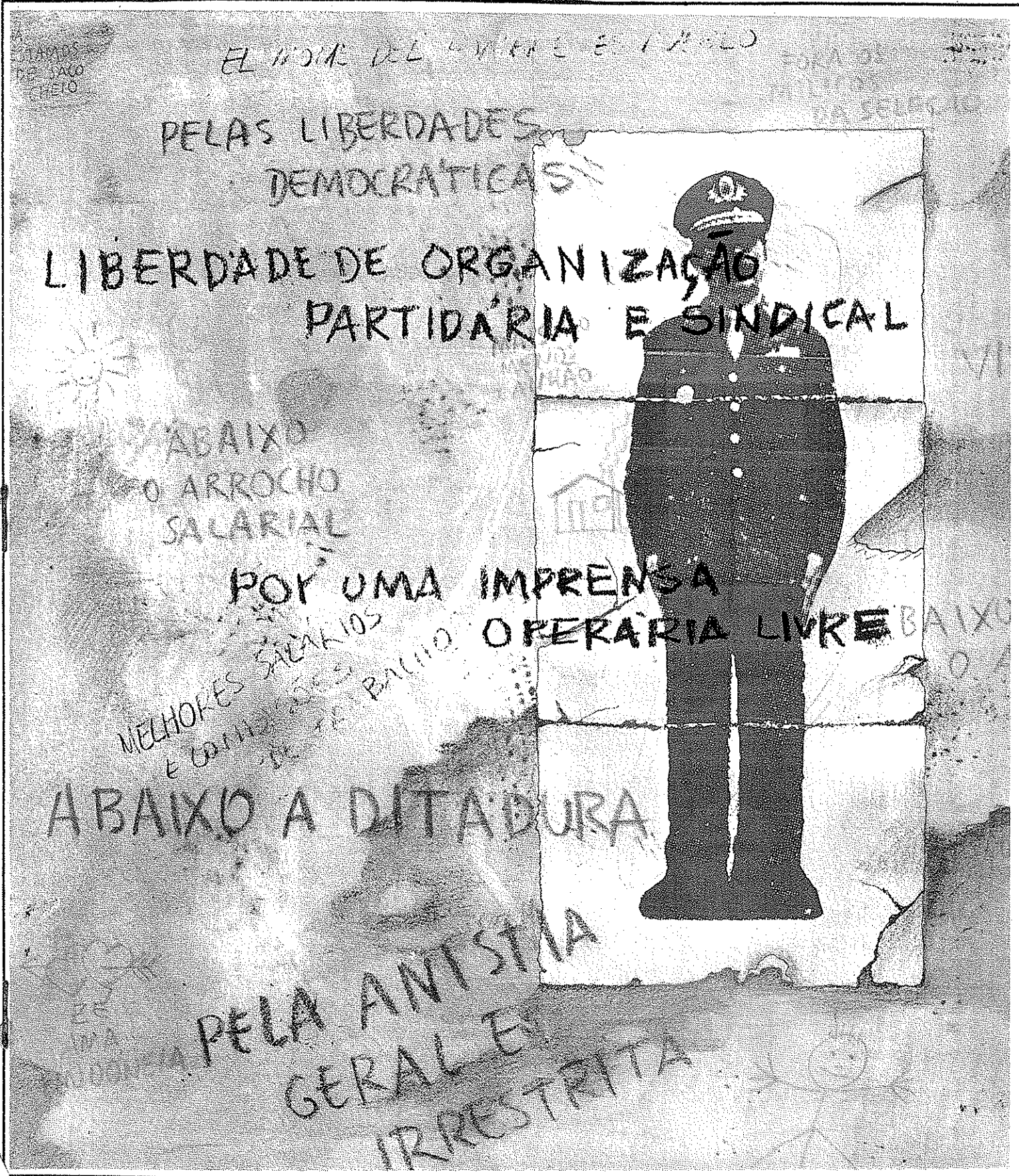




apresentação

No editorial de Debate 18 (abril de 1975) defendemos publicamente a necessidade da organização autônoma daqueles comunistas que já estivessem convencidos da oportunidade da luta pela reorganização do movimento comunista brasileiro em novas bases e que concordassem com a Plataforma política pela união dos comunistas. Sem perder de vista que organizar-se, antes de mais nada "é criar vínculos orgânicos com as massas, especialmente da classe operária" (Debate-18, p.8), dedicamo-nos a construir no Brasil o nosso instrumento de intervenção política no combate contra a ditadura e pela democracia revolucionária.

Naquele momento -como, em certa medida, ainda hoje- as forças revolucionárias brasileiras se encontravam fracionadas em algumas organizações e diversos círculos de militantes, muitas vezes desvinculados de qualquer trabalho de massas. Sem pretender aboli-los por decreto, rejeitamos toda política que colocasse a sobrevivência destes círculos ou organizações acima do objetivo orgânico de sua dissolução num Partido Comunista, concebido como destacamento mais avançado do movimento operário e revolucionário do Brasil, capaz de dirigir o movimento de massas na conquista do socialismo. Além disso, e conforme o formulado em nossos estatutos, caracterizamos nossa própria organização como não sendo "nem o Partido nem o embrião do Partido Revolucionário da classe operária e de todos os comunistas do Brasil", afirmando a necessidade "de um Congresso de Reunificação dos comunistas brasileiros, que no entanto só poderá reunir-se quando efetivamente o essencial das forças comunistas de nossa sociedade estiverem dispostas à unidade programática e orgânica".

Evidentemente, passar da formulação à ação implica em superar imensas dificuldades, o que nem sempre fizemos com sucesso.

Entretanto, vencendo os obstáculos colocados ora pela ação desorganizadora da ditadura, ora por nossas próprias deficiências teóricas e práticas, pudemos crescer política e organicamente, na medida em que o movimento de massas abriu espaços a intervenções mais decisivas das forças revolucionárias.

Este amadurecimento -que hoje se traduz na ampliação de nossa participação no processo de reunificação dos marxistas-leninistas- e as exigências de intensificação da atividade revolucionária colocadas pela conjuntura atual obrigam-nos a assumir de maneira mais explícita nossa identidade política.

Doravante, portanto, nossa revista não mais falará em nome do "coletivo Debate", mas como órgão teórico-político da União Comunista, organização capaz de influenciar setores significativos do movimento social não somente por suas idéias mas por sua ação direta sobre diferentes frentes de luta do movimento dos explorados e oprimidos.

De um grupo de "apoio crítico" à luta armada a uma organização voltada para a reestruturação do movimento comunista em novas bases.

Forçada a viver no exterior pela repressão que se seguiu ao breve período de resistência armada à ditadura, uma parcela significativa de militantes brasileiros pôde se organizar tendo em vista uma ampla autocritica dos er-

ros do período anterior e a reformulação das concepções que os haviam originado. Nossa revista surge, nesse momento, como um dos canais de aglutinação de militantes e de discussão daquelas questões. Os dois primeiros números de Debate (fevereiro e abril 1970) refletiam o caráter "frentista" que orientou sua formação. Suas bases políticas eram extremamente ecléticas, resumindo-se na tese do apoio crítico à luta armada, então em desenvolvimento no Brasil. A medida que nossa reflexão foi apontando o desvio militarista como centro dos erros recentes da esquerda e que procuramos delinear alternativas válidas para o movimento de massas, passamos a defender concepções políticas próprias. No editorial do nº 3 já assinalávamos que na "atual conjuntura só se pode romper o cerco policial-militar à resistência armada urbana através da ampliação política das bases sociais da resistência". Após o nº 4, dedicado à questão da Frente Brasileira de Informação (organismo criado no exterior para a denúncia da ditadura e propaganda da resistência), abriu-se a fase de consolidação de DEBATE como círculo marxista na emigração. Do nº 5 ao nº 7 esboçou-se a análise da sociedade brasileira, em vistas da elaboração de um programa marxista da revolução, sem se perder de vista, evidentemente, as exigências práticas da luta política de massas.

As eleições de 1974 ofereceram a primeira grande oportunidade de nossa intervenção junto ao movimento popular. Quando grande parte da esquerda pretensamente revolucionária insistia na propaganda do voto nulo, defendemos e aplicamos, ao lado de grupos marxistas independentes, a tática do voto-programa (explicitada em DEBATE-17), que nos permitiu avanços políticos e orgânicos decisivos. Estes avanços se deram no entanto em meio a grandes dificuldades. Por um lado, a dura repressão de que sempre estão ameaçados os militantes revolucionários e as lideranças populares, que se traduziu, no âmbito particular de nossa organização (devido aos problemas enfrentados na constituição de uma segura estrutura para a ação clandestina) na dificuldade de em dar consequência orgânica a nossa influência política. Por outro lado, a persistência do sectarismo em setores importantes do movimento comunista de nosso país, que se manifestou algumas vezes no rebaixamento da luta ideológica ao nível da adjetivação preconceituosa.

No que se refere especialmente à revista DEBATE, temos, em todo o período de sua publicação, lutado para fazer viver o debate fraternal entre aqueles que se reconhecem na luta contra a ditadura militar-terrorista e pelo socialismo, abrindo suas páginas aos que se dispõem a intervir neste debate (e basta percorrer o índice destes trinta números para constatar em que medida este objetivo foi logrado). Além disso, procuramos em nossa atividade prática, atuar sempre em conjunto com aqueles que, como nós, lutam por um Partido Revolucionário vinculado às lutas sociais e pela superação do espírito de círculo. Acreditamos, com efeito, que um processo consequente de reunificação dos comunistas não poderá se reduzir a um mero acordo de cúpula, mas se dará principalmente a partir da união no terreno concreto da luta política.

No presente número, voltamos a insistir no objetivo da reunificação dos marxistas-leninistas. Não mais falando em nome de um círculo de exilados, mas como organização comunista com certo grau de implantação na luta política de massas. O artigo que publicamos a seguir, sobre esta questão, assinado por uma instância regional de nossa organização - o Comitê Regional Provisório da Região 1 (CRP-1), provisório na medida em que ainda não nos foi possível realizar nossa primeira Conferência - traduz o consenso de um grande número de militantes que se voltam, a partir de seu trabalho revolucionário para o grande objetivo da reorganização do movimento comunista brasileiro em novas bases.

SOBRE A REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS

Comitê Regional Provisório — Região I

A reorganização do movimento comunista brasileiro sobre novas bases depende em grande parte (como já afirmamos em um dos nossos documentos políticos fundamentais, "Pela Renovação do Movimento Comunista do Brasil") da retomada das lutas sociais contra a ditadura. No entanto, conforme assinalamos no mesmo documento, esta reorganização não é simplesmente um produto espontâneo das lutas de massa contra o regime. Ao contrário, sua realização tem como pressupostos básicos um processo de discussão política e de atuação conjunta entre os marxistas, notadamente entre aqueles que estão diretamente ligados às lutas populares. A realização simultânea da discussão política e da atuação prática junto ao movimento de massa é essencial para que não se confunda a grande tarefa histórica da reunificação do movimento comunista brasileiro com um acordo de princípios entre intelectuais marxistas desligados da luta dos trabalhadores. Pior que o espontaneísmo, que relega a luta ideológica e a discussão entre os marxistas a último plano (que subestima portanto a necessidade tanto da organização política quanto da teoria revolucionária) somente a concepção vanguardista de que os intelectuais marxistas devem unir-se entre si primeiramente, para depois irem ao encontro dos operários revolucionários. Definindo em nossa "Plataforma Política para a União dos Comunistas" a ligação com as lutas de massa como uma das tarefas básicas de todo revolucionário que luta do ponto de vista do marxismo e da classe operária contra a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios, rejeitamos categoricamente esta concepção vanguardista.

No entanto, a realização destas duas grandes tarefas (o desenvolvimento da luta ideológica, da discussão política organizada entre os marxistas, por um lado, e a ligação dos revolucionários às massas, por outro) só poderá resultar na reunificação do movimento comunista do Brasil se, desde hoje, elas forem conduzidas de forma organizada, vale dizer, dentro do espírito de partido. É preciso que haja circulação de documentos, ampliação das discussões, centralização dos resultados alcançados para que se possam traçar novos passos, para que este processo leve a uma acumulação e não a uma dispersão de forças. Isto significa que a luta ideológica e, de forma geral, o esforço para a reunificação dos marxistas, não podem ser desenvolvidos de forma consequente e organizada, se não estiverem apoiados sobre uma estrutura e uma imprensa clandestinas: a clandestinidade, nas condições de uma ditadura fascista é a condição básica para a discussão política ampla e organizada no interior do movimento comunista, ela é a condição de sua independência política.

Sem desprezar as dificuldades inúmeras existentes para a reunificação dos marxistas num só partido, mas justamente para enfrentá-las consequentemente, é que os marxistas que se identificam com a "Plataforma para a União dos Comunistas" organizam-se de forma independente, não para se transformarem eles próprios, através de seus esforços isolados, no partido da classe operária, não para aumentar ainda mais a lista dos grupúsculos existentes, mas para contribuir de forma organizada no processo de reunificação dos

marxistas, pré-condição básica para a existência de um forte movimento comunista no País.

A necessidade geral da organização clandestina

Mas este esforço é viável? Ele não conduz na realidade à dispersão da energia que poderia estar sendo concentrada na luta legal? Qual a vantagem prática para um militante marxista independente de se organizar? Não é um risco totalmente inútil?

Esta questão são formuladas por grande parte dos marxistas, que eles atuam prioritariamente junto ao movimento de massa ou junto à intelectualidade. Elas são por si só o reflexo mais evidente da situação de dispersão existente no interior do movimento comunista brasileiro. Na maior parte dos casos, elas revelam uma preocupação legítima, sobretudo por parte daqueles militantes que concentram sua atividade no movimento de massa, contra as organizações artificiais, sem nenhum vínculo com as lutas populares. No entanto, muitas vezes, estas questões levam à formulação de uma posição de princípio contra, não esta ou aquela organização, mas contra a própria necessidade de os marxistas se organizarem, desde já, de forma independente, isto é, a partir de uma estrutura clandestina.

Esta posição de princípio pode ser resumida numa idéia básica: somente a retomada em larga escala e a nível nacional do movimento de massa é que vai permitir que se iniciem os esforços no sentido da reunificação dos marxistas.

Esta idéia parte da premissa de que o desenvolvimento das lutas de massa não é simultâneo, mas precede o processo de reunificação dos marxistas. Enquanto não houver um movimento independente de massas, afirmam os partidários desta concepção, toda iniciativa que visa organizar os comunistas de hoje, é artificial. Já que nenhuma organização pode ser representativa nas condições em que vivemos, não se deve desenvolver clandestinamente nenhuma atividade organizada. Assim, continuam, toda tentativa de atuar, enquanto comunistas organizados no movimento de massas é reflexo de voluntarismo. Portanto, concluem, o melhor, no momento atual, é continuar agindo de forma independente (ou seja, isolada, quando não individual) esperando que a própria evolução das lutas sociais produza a necessidade objetiva da organização dos comunistas.

O resultado prático desta idéia é a paralisação total de todas as atividades organizadas no sentido da reunificação dos marxistas do Brasil. Sua aplicação faria com que persistisse indefinidamente a situação em que se encontra grande parte dos militantes marxistas, que estão unidos em várias frentes de luta contra o regime; portanto unidos enquanto democratas, mas absolutamente separados enquanto comunistas.

Ora, é claro que nesta situação, a condição de comunistas destes militantes é uma determinação puramente subjetiva, que não se realiza na prática. Da forma como atuam, eles serão incapazes de transformar as idéias do marxismo e do leninismo numa força social, num movimento de massas em direção ao socialismo. O máximo que conseguirão é (no caso daqueles que atuam junto ao movimento de massas) implantar-se nos seus trabalhos específicos, mas sem poder imprimir a estes uma perspectiva mais geral, sem poder ligá-los às lutas do conjunto da sociedade, sem poder transformar as lutas imediatas e reivindicativas em lutas gerais e políticas. E, no caso daqueles que agem sobretudo no interior da intelectualidade, sem ter a preocupação de

ligar-se de forma sistemática aos setores mais avançados do movimento operário e popular em geral, o resultado prático de sua atividade (se esta não estiver apoiada por uma organização mais ampla, onde o seu trabalho de intelectual esteja organicamente ligado ao próprio trabalho de massa, por uma organização que seja, portanto, clandestina) será a ampliação da distância que hoje separa a maioria dos intelectuais marxistas dos operários revolucionários.

A reunificação dos marxistas não é, neste sentido, a reunificação dos intelectuais marxistas que, depois de um acordo entre si quanto aos principais pontos do programa, da tática e da organização, chamariam os operários revolucionários, para, juntos, formarem um partido. A reunificação dos marxistas, entendida como premissa básica (embora não única) para a existência de um forte movimento comunista no País, isto é, um forte movimento de massas baseado nas idéias do comunismo, passa antes de tudo pelos militantes ligados diretamente às lutas de massa, que tenham conhecimento dos problemas práticos e teóricos que existem no movimento operário, camponês, estudantil e democrático em geral, que possam, ao contribuir para a reunificação dos marxistas, dar um passo importante no sentido da reunificação do próprio movimento de massa. É somente se os marxistas estiverem ligados diretamente às lutas das massas (e neste sentido pouco importa que eles sejam operários ou intelectuais) que sua reunificação terá o significado histórico de um primeiro passo no sentido da transformação das idéias do comunismo numa força material dentro da sociedade.

A partir destes princípios é que se pode perguntar: como desenvolver simultaneamente o trabalho de massa e o trabalho de discussão entre os marxistas sem uma organização independente, sem, por exemplo, uma imprensa clandestina? Como fazer com que este processo atinja centenas, milhares de marxistas atuando nos diversos pontos do País, sem protegê-lo contra os golpes da repressão? E sobretudo, como organizá-lo de forma a que não se perca numa multiplicidade de discussões localizadas, sem uma organização que lhe imprima uma direção, isto é, que faça com que ele convirja para a unidade de pensamento e de ação entre os marxistas?

A relação entre o trabalho legal e o trabalho clandestino

Neste sentido uma outra idéia errônea que tem ganho peso com o avanço do movimento democrático, é a de que a reunificação dos marxistas será o resultado de sua atuação conjunta prioritariamente (quando não exclusivamente) a nível legal. Já que existem dificuldades para a atuação clandestina e já que a clandestinidade não pode ser decretada em função de um puro ato de vontade, argumentam os partidários desta idéia, a atuação dos marxistas a nível legal vai criar condições para que no futuro, eles possam integrar uma organização comunista.

Não há dúvida de que esta idéia, em parte, é verdadeira. De fato, a atuação conjunta dos marxistas a nível legal estimula as discussões políticas mais amplas, permite que os diversos grupos exponham de forma mais ou menos clara suas posições e provoca a aproximação entre os militantes cujas idéias estão mais próximas. Neste sentido, do ponto de vista da reunificação dos marxistas, a atuação conjunta a nível legal é sem dúvida positiva.

No entanto, ela é insuficiente. A simples atuação conjunta a nível legal pode, é claro, fazer avançar a discussão. Porém, ela é absolutamente incapaz de organizar seus resultados, de fazer com que o acordo de princípios que dela resulta tenha por consequência prática a organização dos comunis-

Mais que isto, no plano puramente legal, esta discussão não pode ser aprofundada. Ela não pode colocar abertamente, para não se expor aos golpes da repressão, a questão da reunificação dos marxistas, por exemplo. E a discussão só pode ser aprofundada neste plano a partir de pequenos grupos semi-clandestinos, destacados destas frentes legais, onde haja confiança e um certo grau de acordo político entre os militantes. Ora, nestas condições a discussão é necessariamente limitada e localizada. Ela não vai além dos membros destes pequenos grupos. Ela não pode ligar-se organicamente a outras discussões que ocorrem em outras frentes de trabalho, em outros lugares do País. Ela não pode portanto, por si só, resultar, ao menos enquanto persistir a ditadura, na reunificação dos marxistas. Ela é, em suma, uma manifestação daquilo que Lênin chama de trabalho artesanal. Atuar exclusivamente ao nível legal ou semi-legal, recusando desde hoje o trabalho clandestino -que poderá inclusive imprimir maior unidade ao próprio trabalho legal- é rebaixar o grande objetivo histórico da reunificação dos marxistas e reduzi-lo a discussões mais ou menos aprofundadas entre círculos localizados.

A razão primeira de se atuar de forma clandestina está na necessidade de garantir todo e qualquer trabalho, sobretudo se houver uma rearticulação da repressão, capacitando-nos a recuar organizadamente, caso for necessário. Qualquer avanço do trabalho legal está subordinado, portanto, à consideração de que o marxista se diferencia do voluntarista de esquerda pela consciência que tem do risco que corre e faz correr aqueles que influenciam no trabalho legal sob uma conjuntura indefinida, onde a esquerda não acumulou força suficiente para se impor e onde o aparato repressivo e a legislação anti popular continua em vigor (se bem que em parte, desativada).

Hoje mais que nunca, atuar de forma organizada

Mas o que significa concretamente abandonar o trabalho artesanal -e o espírito de círculo que lhe é correlativo- e passar para o trabalho organizado -dentro portanto de um espírito de partido- nas condições de um movimento revolucionário dividido, onde nenhuma das organizações existentes no País se afirmou sequer como aquela que reúne a maior parte dos operários comunistas?

O grande obstáculo que existe hoje ao espírito de círculo que ainda perdura no interior do movimento comunista brasileiro é, evidentemente, a inexistência de fato do partido. Se houvesse um partido solidamente implantado nos setores politicamente mais avançados da classe operária brasileira, não há dúvida de que é nele que qualquer marxista consequente deveria militar. No entanto, este partido não existe. E justamente em função de todas as fragmentações porque passou o movimento comunista nos últimos anos, ele só existirá como o resultado do processo de reunificação dos marxistas, concebido como um processo simultâneo de luta ideológica e de atuação conjunta.

É claro (e nunca é demais repetir) que sob as condições de uma ditadura fascista, o trabalho organizado dos comunistas -e portanto o trabalho organizado de reunificação do movimento comunista- é necessariamente clandestino. Isto não significa, bem entendido, que os comunistas não discutam entre si e com outras correntes de pensamento no plano legal. Os comunistas discutem entre si, agem conjuntamente e com outras correntes no plano legal, mesmo porque, o movimento de massas, ao qual eles consagram o essencial de suas forças não pode existir na clandestinidade -o que não quer dizer, é claro, que ele se limite aos marcos impostos pela legalidade fascis-

ta. A ação dos comunistas, na medida mesmo em que eles estão vinculados ao movimento de massas, desenvolve-se portanto em grande parte no plano legal. No entanto, enquanto comunistas, eles só podem debater as questões centrais de seu movimento na clandestinidade, ao menos enquanto durar a ditadura.

Combinar a luta legal e a luta clandestina hoje significa diferenciar dois planos: a ação dos comunistas deve atingir sempre um número cada vez maior de trabalhadores, ela deve ser ampla, mobilizando não somente os elementos mais avançados, mas o conjunto dos trabalhadores. Esta ação portanto, não pode ser clandestina. No entanto, a organização dos comunistas deve guardar a mais estrita clandestinidade e o mesmo se aplica ao processo organizado de discussão bem como ao planejamento de sua atuação conjunta.

Debater as questões centrais do movimento comunista de forma organizada e ~~na clandestinidade significa debater as questões de organizações clandestinas~~

Uma crise é essencialmente uma situação de conjunto. O que a caracteriza é a convergência dos fatores de ruptura da ordem estabelecida, cuja interação acelera os acontecimentos e aproxima rapidamente a hora das grandes decisões. Esta convergência se manifesta no Brasil pela conjunção do processo de desagregação do bloco de forças no poder e pela ampliação do movimento democrático que tem se mantido constantemente na ofensiva, ainda que esta seja por ora limitada em seus objetivos.

Estes traços mais gerais da crise atual são de tal maneira manifestos que não cabe dúvida quanto a sua significação. Os "de cima" sabem que já não podem mais governar como antes e os "de baixo" sentem que já podem não mais ser governados como antes. Mas o que está em crise na crise atual? A ditadura militar? O capitalismo brasileiro? A hegemonia burguesa? Uma resposta clara a esta questão é tanto mais difícil que a natureza da crise se determina pela dos fatores que a provocam e que estes, embora inter-relacionados, são de natureza distinta. É portanto de suma importância caracterizar, com o máximo de precisão, os fatores operantes na conjuntura que vivemos, bem como os efeitos da ação recíproca que exercem uns sobre os outros.

Para tanto cumpre de início distinguir os fatores oriundos das contradições internas das classes dominantes daqueles que correspondem à ofensiva do movimento democrático.

No editorial de DEBATE-21, publicado em fevereiro de 1976, mostramos que embora "traduza uma crise de hegemonia burguesa", já que exprime "a incapacidade da classe capitalista em dirigir politicamente a sociedade", que a levou a "entregar à burocracia militar o exercício do poder de Estado" a ditadura militar "constitui uma 'solução' para esta crise, não no sentido de que a tenha suprimido... mas no sentido de que conseguiu consolidar-se, por mais de uma década, como regime de crise". A crise da ditadura militar aparece portanto como crise de um regime de crise, como crise ao quadrado. Mas a política não é a álgebra. Sem dúvida, a "solução" de 1964 já não parece poder mais ser prolongada "sine die". Aliás, a burguesia nunca entendeu transferir definitivamente o poder político à burocracia militar. O primeiro governo ditatorial -do general Castelo Branco- havia limitado no tempo tanto seu próprio mandato quanto a validade dos Atos Institucionais que definiam os poderes do regime de exceção. Foi só com o Ato 5 -isto é, com o fracasso da tentativa de normalização consubstanciada na Constituição de 1967- que o regime militar se lançou no rumo da ditadura total, e ainda assim, sem ir às últimas conse-

de militantes não organizados, esta incommensurável energia que, enfraquecida pela dispersão, torna-se impotente.

Neste sentido é fundamental que os círculos e os militantes independentes participem a fundo do processo de discussões que começa a se estabelecer entre as organizações (e também, é claro, em seu interior), aproximando-se daquelas com cujas posições políticas se identifiquem e em cuja atuação confiem. O processo de discussão e de atuação será tanto mais representativo (e portanto, suas consequências tanto mais significativas para a organização dos comunistas) quanto maior for a participação dos círculos e militantes independentes atuando no movimento de massas. Enquanto este processo que se inicia não for ampliado, enquanto nele não se integram a maioria dos militantes comunistas brasileiros, o movimento dos trabalhadores da cidade e do campo continuará sem uma direção firme que defenda o ponto de vista da classe operária na luta contra a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios.

RUPTURA POSSIVEL

a . silva , f.andrade , m.alves

A palavra -valor linguístico- tem em comum com a moeda -valor econômico- a propriedade de se depreciar quando indevidamente multiplicada. O que uma perde em poder de compra a outra perde em poder de significação. Tanto se falou em crise do capitalismo e do regime político brasileiros que quando ela parece realmente ter estourado, não se vê bem por onde agarrar o decantado elo mais fraco da corrente de maneira a rompê-la.

Uma crise é essencialmente uma situação de conjunto. O que a caracteriza é a convergência dos fatores de ruptura da ordem estabelecida, cuja interação acelera os acontecimentos e aproxima rapidamente a hora das grandes decisões. Esta convergência se manifesta no Brasil pela conjunção do processo de desagregação do bloco de forças no poder e pela ampliação do movimento democrático que tem se mantido constantemente na ofensiva, ainda que esta seja por ora limitada em seus objetivos.

Estes traços mais gerais da crise atual são de tal maneira manifestos que não cabe dúvida quanto a sua significação. Os "de cima" sabem que já não podem mais governar como antes e os "de baixo" sentem que já podem não mais ser governados como antes. Mas o que está em crise na crise atual? A ditadura militar? O capitalismo brasileiro? A hegemonia burguesa? Uma resposta clara a esta questão é tanto mais difícil que a natureza da crise se determina pela dos fatores que a provocam e que estes, embora inter-relacionados, são de natureza distinta. É portanto de suma importância caracterizar, com o máximo de precisão, os fatores operantes na conjuntura que vivemos, bem como os efeitos da ação recíproca que exercem uns sobre os outros.

Para tanto cumpre de início distinguir os fatores oriundos das contradições internas das classes dominantes daqueles que correspondem à ofensiva do movimento democrático.

No editorial de DEBATE-21, publicado em fevereiro de 1976, mostramos que embora "traduza uma crise de hegemonia burguesa", já que exprime "a incapacidade da classe capitalista em dirigir politicamente a sociedade", que a levou a "entregar à burocracia militar o exercício do poder de Estado" a ditadura militar "constitui uma 'solução' para esta crise, não no sentido de que a tenha suprimido... mas no sentido de que conseguiu consolidar-se, por mais de uma década, como regime de crise". A crise da ditadura militar aparece portanto como crise de um regime de crise, como crise ao quadrado. Mas a política não é a álgebra. Sem dúvida, a "solução" de 1964 já não parece poder mais ser prolongada "sine die". Aliás, a burguesia nunca entendeu transferir definitivamente o poder político à burocracia militar. O primeiro governo ditatorial -do general Castelo Branco- havia limitado no tempo tanto seu próprio mandato quanto a validade dos Atos Institucionais que definiam os poderes do regime de exceção. Foi só com o Ato 5 -isto é, com o fracasso da tentativa de normalização consubstanciada na Constituição de 1967- que o regime militar se lançou no rumo da ditadura total, e ainda assim, sem ir às últimas conse

quências, já que manteve um Congresso de fachada e uma oposição consentida. Mas uma ditadura total sem mobilização totalitária de massas é um círculo quadrado. As razões pelas quais a ditadura militar terrorista não evoluiu para uma ditadura fascista são as mesmas que explicam porque hoje os círculos politicamente mais ativos da burguesia reclamam o retorno à República Liberal: o fascismo é a contra-revolução com base de massa. Ora, no Brasil, o golpe de 1964 teve base de massa, mas a ditadura militar a perdeu rapidamente e salvo a odiosa demagogia do "Brasil grande potência" no tempo do patriarca da tortura, Garrastazu Medici, não procurou sequer conquistar apoio popular. Não por não precisar de apoio, mas porque a política de acumulação monopolista acelerada na base do arrocho e do terror eram incompatíveis com qualquer forma de mobilização de massas.

Donde a necessidade, para o regime, de se apoiar politicamente num partido artificial de notáveis arrebanhados das formações políticas preexistentes, UDN e PSD notadamente, que se desmoraliza de eleição para eleição, a tal ponto que o problema maior do regime, a este respeito, é de encontrar, através das "reformas políticas" uma maneira discreta de enterrar a ARENA. Justamente porque não progrediu -se assim se pode dizer- na via da ditadura total, porque não criou um "fascismo tropical" -nem um "império colonial"- é que a ditadura permaneceu sob o horizonte ideológico do liberalismo burguês e preconiza hoje o restabelecimento das instituições políticas a ele correspondentes.

Mas que ninguém se iluda. A ditadura ainda não caiu. Quando vemos um certo deputado do MDB -e não é o único- declarar numa entrevista (Em Tempo nº 15 de 12-18/6/78) que "eu já não estou preocupado com o agora, a ditadura está no fim, a revolução de 64 já acabou", avaliamos o perigo do "oba-oba" de franco-atiradores de classe média afoitos com a problemática (em boa parte eleitoral) da criação de partidos social-democratas ou socialistas e soberanamente inconscientes das contradições que encerra o processo de reconversão liberal do poder burguês em nosso país.

O governo Geisel marcou o retorno do "castelismo" ao poder. O castelismo é a contra-revolução auto-limitada, a ditadura militar consciente de que é incapaz de trazer uma solução de fundo à crise de hegemonia burguesa. Seu objetivo político consiste, portanto, em efetuar a "reconversão liberal" do regime sem abrir flanco à intervenção das massas. O projeto das "reformas políticas" se inscreve nesta perspectiva. Mas sofre de um duplo anacronismo. Aos olhos dos círculos politicamente mais esclarecidos da grande burguesia (o grupo dito "dos oito" por exemplo) a recente iniciativa do regime aparece como insuficiente e tardia. Aos olhos da extrema-direita militar e patronal, ao contrário, como apressada e perigosa, como uma "redemocratização de afogadilho", segundo a expressão de Teobaldo de Nigris, presidente da FIESP.

Os primeiros já se articularam na Frente Nacional pela Redemocratização e propõem, com aval de parcela significativa das Forças Armadas, "um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classe" e que chamam de "regime democrático".

Os outros, recolhidos aos bastidores depois da fracassada tentativa golpista do general Frola, têm diante de si duas possibilidades: negociar

seu apoio a Figueiredo e articular uma nova intervenção quando se criar para tanto uma situação propícia. A movimentação do general Jaime Portela, o qual como chefe da Casa Militar de Costa e Silva e expoente da "linha dura", arquitetou, em setembro de 1969, o golpe que impediu a posse do vice-presidente Pedro Aleixo e implantou a junta militar, é neste sentido bastante significativa. Embora muda, a extrema-direita está ativa e espreita a ocasião de restabelecer o terror.

O movimento democrático

A luta de massas atingiu no Brasil uma amplitude sem precedentes em nossa história recente. As greves operárias de São Paulo vieram não só mostrar a força da mobilização proletária na luta pela democracia, mas também surpreender as próprias oposições pela maturidade e sentido de disciplina consciente com que foram levadas adiante. Passando por cima da lei de greve (melhor, da lei contra a greve) e da lei do arrocho, os operários paulistas terminaram vitoriosamente sua primeira grande batalha pela livre negociação salarial. De seu lado, os estudantes já tinham revogado na prática, pelas manifestações do ano passado, o decreto 477. As "reformas" de Geisel preparadas pela missão Portela se transformaram numa corrida sem fôlego atrás da dinâmica do movimento de massas.

Vale dizer que estão reunidas as condições para a ruptura democrática do regime ditatorial? Falta a nosso ver, uma condição essencial: a força política capaz de arrebatando a burguesia liberal a direção do processo de reconversão do regime de maneira a levar até o fim a luta contra a ditadura e abrir a via para as profundas transformações sociais de que necessita o povo brasileiro. As greves de São Paulo constituíram sem dúvida um marco decisivo na história das lutas sociais em nosso país. Mas seus objetivos reivindicativos ao mesmo tempo que asseguraram ao movimento a adesão de amplas massas de trabalhadores, restringiram ao âmbito das condições de trabalho os resultados obtidos nesta grande batalha. A despreocupação do MDB diante da greve é particularmente reveladora da separação existente entre o movimento profundo das massas e as manobras políticas da oposição consentida. O Decálogo do MDB que fixa as condições de seu apoio à Frente de Redemocratização, foi elaborado durante a segunda quinzena de maio, no auge do movimento grevista, incluiu a exigência de "liberdade sindical, reformuladas as leis e disposições que consagram a tutela governamental sobre os órgãos de classe, assegurando-se... o direito de greve...". Mas durante a IV Convenção do MDB, que aprovou este documento, só algumas vozes isoladas se fizeram ouvir em apoio ao movimento dos operários paulistas. O que empolgou, nesta oportunidade, os deputados oposicionistas foi a questão de saber se aceitariam ou não escolher o senador "biónico" pelo Rio de Janeiro.

Apesar de conter muitas das reivindicações que o movimento popular vem avançando, o Decálogo as formula na ótica da oposição liberal. Por exemplo, não reclama a revogação, mas a "reformulação" das "leis ou disposições restritivas às liberdades públicas e privadas, entre as quais as que dizem respeito à imprensa, à propaganda política e eleitoral, às atividades sindicais, artísticas e literárias, científicas, estudantis e de magistério...". Não adota a palavra de ordem consagrada pelo movimento pela anistia, a saber, anistia geral e irrestrita, mas "plena anistia política", expressão menos precisa. Mas sobretudo, deixa inteiramente de lado a questão do governo provisório que garanta a liberdade política, convoque eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte e se submeta a sua soberania. Em vez disso, contenta-se

em preconizar a "convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte", "aten-
didos os pressupostos necessários à normalização da vida política do país".
Ora, como insistimos em várias ocasiões em DEBATE, a primeira condição da e
mancipação política das massas populares não é a eleição -e muito menos a
simples "convocação" de uma Constituinte, mas sim a liquidação do terror mi
litar e policial sobre os trabalhadores, isto é, a conquista da liberdade
política. Neste sentido a denúncia frontal e aberta do terror e da tortura
desenvolvida através da imprensa democrática constitui um passo muito mais
importante que as proclamações emedebistas.

Para que uma Constituinte defina as instituições políticas do regime demo -
crático, é necessário que ela tenha sido livremente escolhida e que todas
as correntes políticas tenham tido a possibilidade real de nela se fazer
representar segundo o critério do sufrágio universal. Mas é sobretudo neces
sário que ela tenha o poder de constituir, sem o qual ela não seria mais
que uma câmara consultativa acobertando uma paródia de redemocratização. Só
um governo provisório comprometido sem reservas com a causa da liberdade po
lítica pode assegurar estas condições. Porisso, o silêncio emedebista a es
te respeito é suspeito.

Mesmo elementos claramente identificados com o combate pela democracia,
como o deputado Alberto Goldman, agora candidato ao mandato federal, claudi
cam nesta questão crucial. Goldman sustenta a necessidade de se lançar um
"movimento por um Governo Provisório cujo compromisso seja a convocação de
uma Assembléia Constituinte logo após a realização de eleições gerais...pa
ra presidente e governadores". O que equivale a retirar da Constituinte o
poder de fixar as modalidades do processo eleitoral e a eleger um presiden
te cujas competências serão fixadas depois da eleição... Mais grave é a ati
tude da Frente Popular Eleitoral no Rio de Janeiro. Criada com o objetivo
-extremamente justo- de evitar a dispersão do voto popular unificando, atra
vés de um programa comum, as candidaturas consequentes da oposição democrá
tica, a Frente, em sua plataforma política, acompanha o MDB na omissão do
problema do governo provisório, ao qual não se refere em nenhum momento.

Salvo um grande avanço político a curtíssimo prazo, é remota a possibilida
de de que as forças democráticas consequentes, em particular os comunistas,
consigam pesar decisivamente no processo eleitoral e mais remota ainda de
que exerçam influência nos desdobramentos que ainda poderão vir a apresentar
a disputa em torno da sucessão presidencial e das "reformas" que a acompa
nharão. Há quem, sem dúvida, veja longe, e já esteja voltado para a organi
zação de "novos grandes partidos nacionais e populares". É o caso do ex-de
putado Almino Afonso, preocupado em discutir desde já "o que se fará quando
restauradas as liberdades democráticas, a cidadania tiver que reorganizar
politicamente a sociedade" (entrevista a Folha da Manhã de 10/3/78). Não
lhe ocorre que do grau de unidade política das forças populares dependerá o
grau de "restauração" das liberdades democráticas e o grau de influência da
"cidadania". Hoje, no Brasil, ser democrata consequente -para não falar em
ser revolucionário- é concentrar a luta política no combate pelo fim da di
tadura, é buscar a mais ampla base de massa para esse combate, e não come
çar a conchavar o "seu" partido por mais "socialista" que seja. Porque não é
necessário ser politólogo para saber que enquanto houver ditadura não have
rá socialismo...

As forças burguesas que hoje levam adiante a reconversão liberal do regime
tratarão amanhã de bloquear a iniciativa das massas. É participando a fundo
da batalha pela democracia que poderemos evitar futuras viradas à direita.

A UNIDADE DAS MULHERES: OBJETIVOS E LIMITES

joana almeida

A preocupação da esquerda brasileira com a questão feminina é relativamente antiga. Mas as tentativas de pensar o problema da mulher sobre novas bases (ou seja, sem remeter sua solução automaticamente para o pós-revolução socialista) datam de pouco mais de três anos. Foi em janeiro de 1975 com efeito que se publicou no nº 17 de Debate a "Contribuição a uma análise marxista da questão feminina" de Joana Almeida, Maria Ribeiro e Marta Alves. E se fizermos o balanço da produção teórica feminista deste período concluiremos que não se avançou muito desde então. O verdadeiro progresso do movimento das mulheres deu-se, em contrapartida, no terreno das lutas sociais no Brasil. Em outras palavras: as feministas brasileiras têm hoje uma presença atuante no país não obstante o fato de ainda se orientarem por conclusões genéricas, tiradas das primeiras análises sobre a questão.

Conclusões Genéricas

O consenso entre as diferentes tendências do movimento feminista (deixando de lado as sexistas confessas que são completamente inexpressivas por enquanto) firmou-se em torno de considerações tais como: 1) a situação social da mulher é duplamente determinada: por sua origem de classe e por seu sexo; 2) as mulheres trabalhadoras sofrem uma dupla jornada de trabalho; 3) as mulheres devem ter seu programa específico de lutas; 4) o movimento de mulheres deve ter sua organização própria ou, como tem sido também formulado, necessita de uma organização autônoma. Além de tais pontos existe também grande acordo no tocante às análises "genéticas" que buscam descobrir as origens sociais da opressão da mulher, bem como sobre a função da família no capitalismo, determinando diferenças na forma de opressão segundo as classes.

Os estudos sobre a questão feminina não têm conseguido em geral superar o nível das intenções (que aparece nos escritos feministas sob a forma de frases do tipo "é preciso entender a relação dialética entre a opressão da mulher e a luta de classes" ou "é preciso fazer a análise dialética dos múltiplos aspectos da opressão específica da mulher") e concretizar finalmente a tal análise marxista da questão feminina. Além disso, este balanço estaria incompleto se não apontasse para uma certa dose de confucionismo em algumas palavras de ordem que devem orientar o movimento das mulheres (M.M.)

Razões da insuficiência teórica

As razões destas insuficiências são de diferentes ordens. A própria timidez das feministas marxistas colaborou para que suas análises sobre a mulher fossem eminentemente economicistas. Parte por nossas deficiências teóricas e parte (pelo menos nos primeiros anos) pela necessidade que sentíamos em nos desculpar frente aos companheiros políticos, isto é, de provar que nosso feminismo decorria da análise marxista, que a opressão da

mulher tem base econômica, etc. Mas a principal razão, na atual etapa, de corre das próprias dificuldades com que as feministas se deparam para realizar um trabalho consequente em nosso país. Ou seja, o nível geral de consciência das mulheres é bastante deficiente (dado o fato de que as mulheres se encontram organizadas principalmente em função dos clubes de mães, associações de donas de casa, etc, sendo que a participação sindical das trabalhadoras é ainda pequena), as tarefas a cumprir são inúmeras (do chamado trabalho de formiga à discussão com outros grupos de mulheres da formação de grupos de teatro e cinema à feitura de uma imprensa para as mulheres, etc.) e as feministas não encontram à disposição exemplos históricos ou tratados teóricos que as ajudem em suas tarefas.

Consequências políticas

As consequências políticas deste conjunto de problemas enfrentados pelas feministas são evidentes ao nível da plataforma de lutas, por exemplo. Se por um lado as feministas apoiam -corretamente- certas plataformas gerais de luta relativas ao custo de vida e outras reivindicações por melhores condições econômicas de vida, por outro lado, são tímidas não somente nas propostas que fazem em conjunto com outros grupos de mulheres (o que em muitas situações se explica pela vontade em não romper a unidade) como principalmente no que diz respeito a seu próprio programa político. Em outras palavras: o fato de termos de trabalhar em unidade, fazendo frente com mulheres que não são feministas, leva à necessidade de programas mínimos de luta, tirados na base da discussão e do consenso. Mas nada nos impede de termos claro para nós o que significa a emancipação da mulher, ou libertação da mulher, ou fim da opressão da mulher.

Esta é uma discussão fecunda. Porque os fins que almejamos têm que ser compatíveis com os meios que conquistaremos para alcançá-los. E sobre tais aspectos não podem pairar ambiguidades. Se pensamos que a igualdade da mulher só se concretizará quando ela se identificar ao homem, isto é, a igualdade se faria na base do modelo masculino (tal como é proposto atualmente pela ideologia burguesa), tomaremos um rumo. Para aquelas que pensam que o fim da opressão supõe a hegemonia do modelo feminino, tudo se passa como se cada mulher fosse o invólucro de qualidades intrínsecas até agora abafadas pela repressão do patriarcalismo. As mulheres soltas por si só, ou melhor, juntas e longe de seu opressor, terminariam por conseguir desfazer-se de seu invólucro e teríamos as qualidades soltas, permitindo a grande confraria das mulheres: o reino do "sororato". Daí voltarem-se preferencialmente para o diálogo de cunho intimista com as outras mulheres. A responsabilidade de tudo que existe de horrível na terra é masculina: as mulheres -todas as mulheres- são inocentes. Retorna-se à teoria do pecado original. Ou seja, a exploração do homem pelo homem dissolve-se na grande exploração: da mulher pelo homem. Se pensamos que a nova mulher será o produto social de seu tempo histórico e de sua sociedade teremos sempre presente que a nova mulher supõe o novo homem e viceversa. O fato da mulher conduzir e dirigir suas próprias lutas não supõe, pois, a confusão entre o que queremos destruir (as instituições patriarcais, as instituições burguesas) daquilo que queremos transformar (a mentalidade masculina e o homem enquanto seu portador).

De qualquer maneira, seria um equívoco responsabilizar as feministas pelo atraso nesta questão: na verdade, no geral, é a esquerda que é bastante atrasada na sua concepção de "homem novo". Muitas vezes, tem sido incapaz de encabeçar todas as lutas progressistas em uma dada sociedade (que vão da defesa do meio ambiente ao anti-racismo, ao direito ao lazer, etc.), o

que pode permitir sua utilização pelas classes dominantes (que terminam por " recuperá-las ideologicamente "). Quando isto acontece , não é raro vermos setores de esquerda " queimando " ou " pixando " uma determinada reivindicação como divisionista ou mesmo reacionária . No entanto , a história tem provado que são os que defendem o fim da exploração e da opressão de classes podem levar com consequência a luta por uma forma melhor de vida (que nunca deve ser limitada às melhorias econômicas e materiais) . A burguesia soube "recuperar" o fim da indissolubilidade do matrimônio - o divórcio não veio por fim à estrutura familiar - assim como soube ofuscar a repressão sexual , permitindo uma pseudo liberação sexual (o corpo feminino tem sido ultimamente utilizado nas propagandas e nos filmes europeus e norte-americanos como evidente incentivo às perversões sexuais . As meninas nuas fotografadas pelo inglês David Hamilton - postais muito vendidos no mundo capitalista - e a personagem de " Pretty Baby " no filme de Louis Malle são dois exemplos disto) . A história também prova que a esquerda , para fortalecer-se , deve por-se à frente de todas as lutas progressistas de uma dada sociedade . Mirem-se no exemplo da participação da esquerda nas lutas das mulheres por suas reivindicações, tal como sucedeu na luta pelo divórcio e pelo aborto na Itália e na França .

Os riscos da luta ideológica às cegas

Em vários países capitalistas , grupos de mulheres passaram a atuar de uma forma bastante sectária no que diz respeito aos partidos políticos de esquerda . Esta atitude explica-se parcialmente pela histórica incompreensão que tais partidos demonstraram em entender as verdadeiras dimensões políticas da questão feminina . Poucos foram os que tiveram a clareza de um Palmiro Togliatti ao afirmar a especificidade da opressão da mulher (na Conferência das Mulheres do PCI em 1945 , este dirigente afirmava : " Ninguém poderá jamais dizer que o partido comunista , partido do progresso e da liberdade , é capaz de , em nome de estreitos interesses partidários , colocar o menor obstáculo ao progresso e à emancipação das mulheres (...) A União das Mulheres Italianas deve ser unicamente o instrumento de luta de todas as mulheres , pela conquista de seus direitos e da liberdade "). Via de regra , os partidos de esquerda criaram movimentos de mulheres como sucursais ou correias de transmissão de seus programas , negando na prática a especificidade da opressão do sexo feminino.

A reação de algumas correntes do movimento de mulheres , por sua vez, foi de responder com um sectarismo desproporcional , chegando muitas vezes a privilegiar a luta ideológica contra a esquerda . Em outras palavras , reduziram a vasta luta a ser travada principalmente contra a ideologia burguesa a uma luta voltada contra aqueles que , mesmo podendo estar atrasados no tocante à questão feminina , colocam-se ao lado dos oprimidos . E mais , estimularam a prática sectária e nefasta de hostilizar companheiras militando em partidos políticos . Verdade é que tal fenômeno é bastante reduzido entre as feministas brasileiras . Mas o fato de já feticizarmos algumas palavras (como a " autonomia " por exemplo) e deixarmos ambíguas certas definições já são pequenos rombos por onde poderá infiltrar-se a ideologia contra-revolucionária (as mulheres podem libertar-se sob qualquer modo de produção ; o operário também é homem , logo explorador , logo inimigo , etc ...)

O movimento das mulheres organiza-se a partir do conjunto de reivindicações comuns a todas as mulheres , tendo como base a opressão específica do sexo feminino . Ele mobiliza as mulheres em função de uma proposta progressista que é a igualdade de direitos econômicos sociais e políticos . Mas a questão que se coloca é , então , a seguinte : na conquista da sua emancipação , todas as mulheres caminharão juntas ? Além disso , pode o movimento das mulheres , isoladamente , conquistar todas as condições que permitam superar as determinações econômicas e ideológicas de sua opressão ? Não existe feminismo consequente sem uma resposta clara a estas questões .

Existem reivindicações comuns a todas as mulheres , tais como a igualdade de direitos (abrangendo desde os direitos trabalhistas - igualdade nas oportunidades de trabalho , no acesso à qualificação profissional , nos salários , etc...- até os direitos civis - igualdade de direitos e deveres no casamento , divisão das tarefas domésticas , etc ..) e a abolição de leis retrógradas (principalmente no que concerne os obstáculos legais à livre disposição do próprio corpo e ao aborto) que , não somente devem ser colocadas já como também podem ser atendidas dentro do sistema capitalista . Enfim , são reivindicações que vão no sentido da obtenção de reformas que indubitavelmente melhorarão a situação da mulher (basta de esquerdismo pequeno burguês do estilo " tudo ou nada " ; tenhamos a clareza de perceber que " quanto mais , melhor " e que as mulheres em alguns países capitalistas já conquistaram algumas reformas importantes) mas que ainda são insuficientes para implicar no término da opressão .

A opressão da mulher precede o capitalismo : em outras palavras , o patriarcado e a submissão do sexo feminino ao masculino , assumindo formas diferentes segundo cada sociedade concreta e cada período histórico , acompanham a história da humanidade . A mulher , mesmo desfrutando de direitos iguais ao homem , como trabalhadora e como cidadã , continuará oprimida enquanto a sociedade não for renovada por uma revolução cultural . É preciso uma nova moral sexual , baseada na igualdade entre os sexos , onde a agressão sexual (do gracejo ao beliscão no traseiro , das pequenas violências cotidianas ao estupro) seja considerada tão selvagem quanto o canibalismo . Mas esta revolução cultural não supõe , apenas , a luta ideológica ; a situação social é determinante importante da consciência de cada homem . Enquanto houver miséria na existência do homem , haverá também a violência , incluindo a violência sexual . Logo , a garantia de nossa liberdade é também a garantia do fato que nenhum homem será explorado por outro ; de que terminou o reino da miséria . É por isto que o feminismo , objetivamente interessado em uma série de reformas sociais , luta , ademais , por uma transformação revolucionária de nossa sociedade .

A grande maioria da população brasileira , desprovida dos instrumentos de acumulação do capital e tendo sua força de trabalho como única mercadoria a oferecer no mercado , está objetivamente interessada nesta transformação revolucionária da sociedade . Neste sentido , o movimento das mulheres integra-se na luta dos explorados e oprimidos pelos objetivos mais avançados a se colocarem para a humanidade . Ao mesmo tempo , o feminismo defende a bandeira do fim da opressão da mulher pelo homem , problema cuja resolução é a condição " sine qua non " para que as relações sociais mudem de qualidade . Conduzida pelas mulheres , a luta feminista é apoiada por todos os homens que foram capazes de entender a opressão feminina e identificar-se com esta causa (assim como intelectuais de origem burguesa põem-se a serviço da causa operária) - e por todas as correntes políticas que levam com consequência a luta pelo socialismo .

(continua)

A LUTA DOS MARINHEIROS

otacilio da silva

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) não nasceu com um objetivo político-partidário. Surgiu como consequência de uma realidade social em desenvolvimento, voltada para uma instituição específica (a Marinha) e inspirada da necessidade de solucionar problemas sociais agudos ali existentes.

Foi fundada no dia 25 de março de 1962, no quadragésimo aniversário da fundação da Seção Brasileira da III Internacional pelo ex-anarquista Astro-gildo Pereira. O que não significa que todos seus fundadores eram adeptos da visão científica da História, do comunismo. Foi sem dúvida o caso de alguns, como o inesquecível companheiro Marcos Antônio da Silva, 19 classe cursado em eletricidade, assassinado pela ditadura brasileira em Copacabana no fim de 1969, quando desenvolvia atividades clandestinas. Foi vítima da debilidade de um militante de outra organização que não resistiu à tortura. Marcos Antônio era, a 19 de abril de 1964, o 2º vice-presidente da AMFNB. Mas nem ele, nem os outros, não criaram a AMFNB como uma organização política marxista-leninista. Criaram-na como Associação ampla.

Evidentemente, havia em 1962 uma situação política nova, criada por um povo que começava a mover-se, ávido do desejo de emancipar-se nacionalmente das garras do Imperialismo, em busca de liberdades político-sociais mais profundas. Foi dentro deste contexto, mas tendo também como referência os movimentos anteriores da Marinha, principalmente a "Revolta da Chibata" em 1910, que surgiu a AMFNB.

Objetivos imediatos

As preocupações imediatas que presidiram à formação da AMFNB foram principalmente as seguintes:

- (a) contrapor à "Casa do Marinheiro" uma atividade voltada para os interesses sociais dos marinheiros;
- (b) unir marinheiros e fuzileiros navais, separados por uma "rixa" fomentada tradicionalmente pela oficialidade;
- (c) combater o homossexualismo (passivo e ativo), o alcoolismo e o vício da maconha.

A Casa do Marinheiro nunca teve interesse pelos problemas sociais dos marinheiros. Ao contrário, fomentava sutilmente o homossexualismo, o alcoolismo e a maconha. O homossexualismo, como corrupção moral, interessava na medida em que conferia à oficialidade um motivo para humilhar a tropa com as famosas preleções de "moral", em tom estridente, típico do oficial que se impõe à tropa assustando-a, como aconselha a psicologia militar. As atividades da Casa do Marinheiro eram pois alienantes e subservientes.

Paralelamente à Casa do Marinheiro funcionava o asqueroso Club do Marinheiro Católico, que como aquela, existe até hoje. É aí que eram selecionados os dedos-duros dos serviços secretos.

Criadas pelos oficiais e a eles obedecendo, as duas Casas destinavam-se a influenciar paternalisticamente a massa dos soldados, acostumando-a a obedecer cegamente aos superiores, ou como diria a marujada mais rebelde: a ser "puxa-saco" dos oficiais. Enquanto os outros acreditavam no princípio de que "o oficial não erra, se equivoca...".

A "rixa" entre fuzileiros e marinheiros vinha de longe. Os fuzileiros navais, em princípio, servem em unidades de terra, em quartéis. Embarcam somente para fazer exercício militar de desembarque, como treinamento de combate. Em épocas de aquartelamento, então bastante frequentes, as atividades dos fuzileiros se limitavam a dar a guarda e a prender marinheiros embriagados nas zonas de prostituição ou de homossexualismo: o Manguê a Praça XI, a Praça XV e a "Central". O Manguê e a "Central" (estação central de trem) eram a última escala da prostituição e do homossexualismo. Ambos lugares intensamente frequentados por marinheiros e fuzileiros. Iam também a pontos mais "elegantes" como a Cinelândia onde os marinheiros na maioria dos casos desfilavam à paisana para serem "conquistados" ou "conquistar" um homossexual com "tutu" (dinheiro) que pudesse pagar bem e garantir uma noite de boemia, se possível com algumas garotas, etc. Na Cinelândia também desfilavam garotas (prostitutas) com mais "status" ou apresentação. Através delas, às vezes, se conhecia um homossexual com dinheiro. Recebia-se o dinheiro dele, após algumas horas de aventura... e devolvia-se o dinheiro às garotas, depois.

Os fuzileiros da escolta eram aconselhados a bater nos marinheiros que se encontrassem embriagados. Daí andarem os marinheiros sempre em grupos de 3 a 5 e nunca sós, quando iam para a Boemia. Podiam assim enfrentar as escoltas, que se compunham de pelo menos 3 homens armados.

Os marinheiros tradicionalmente portavam um cabo de aço com um laço para a mão e na ponta oposta, uma bola de chumbo para melhor efeito, ou a infalível navalha, para a luta a curta distância. Estes apetrechos também eram necessários na Boemia e até dentro dos navios, quando se tratava de resolver por exemplo uma "rixa" de ciúmes entre dois homossexuais ativos disputando um mesmo homossexual passivo.

Em cada navio ou unidade da Marinha havia sempre um grupo chamado "bola-sete", composto de um homossexual ativo, homossexuais "giletes" e os boys (marinheiros novos, recém-chegados). Os "gorgotas" (marinheiros antigos) giletes faziam papel passivo para envolver os "boys" na "mafia" ou "quadrilha" onde eram viciados no álcool e na maconha.

Mas a solidariedade entre marinheiros sempre foi muito grande. É fenômeno que se verifica em todas as Marinhas do mundo, o que não ocorre com os demais militares. Esta solidariedade se manifestou no exercício da 1ª Unitas (operação naval das Marinhas latino-americanas, comandadas pelos Estados Unidos). No porto de Montevideo, num cabaré da zona de prostituição, um marinheiro brasileiro levantou-se de sua mesa para ir ao banheiro deixando um copo de cerveja ou "cuba libre" por terminar. Um marinheiro americano bebeu o conteúdo, mijou no copo já esvaziado e colocou-o novamente em cima da mesa. Uma prostituta observou o ato. Volta o brasileiro e a mulher o adverte. Ele então pega o copo, agarra o gringo pela jaqueta e lhe joga o mijo na cara. Começou a festa coletiva. Cadeiras, garrafas, copos, cabos de aço e navalhas agitaram a noite fria do cais do porto de Montevideo. A notícia correu como relâmpago e em poucos minutos se brigava em plena rua. Os brasileiros andavam de azul e os gringos de bran-

co. "Pega esse gringo mijão!" "Pau nele!". Foi uma noite divertida. Ao todo entraram na briga as guarnições de 8 navios de guerra brasileiros e de 5 navios de guerra americanos. A polícia uruguaia interveio, mas a coisa só se acalmou quando não havia mais marinheiro americano no cais. Voltaram todos a seus navios sem chapéu e com as jaquetas cortadas. Os gringos têm muito medo de arma branca e ignoravam o cabo de aço e a capoeira. Correr era a alternativa. Nesta grande briga, homossexuais de todo tipo, bola sete, boys, gorgotas, se uniram ao brado de "pegar o gringo safado que mijou no copo de um quince brasileiro".

Compreende-se, em que pese o lado solidário destes enfrentamentos nos portos, que era essencial arrancar os marinheiros do obscurantismo social e cultural. Foi esta a primeira grande tarefa da AMFNB.

A batalha cultural da Associação

Com a ajuda de universitários da Faculdade de Filosofia criou-se uma biblioteca, no Rio. Os estudantes forneciam livros que já tinham lido ou que obtinham de amigos. Também se criou, com a ajuda dos estudantes e do Ministério da Cultura, uma Discoteca, onde conhecemos e começamos a apreciar as obras dos clássicos da Música.

A personalidade social e cultural do "soldado do mar" se elevou. Já não era mais o "marinheiro pegado a laço" nas estradas da miséria do Nordeste para se tornar seres subservientes aos oficiais da Marinha ou então cafetões e marginais fardados nas ruas do Rio de Janeiro ou em qualquer porto do mundo.

Em fins de 1962 foi criado o jornal Tribuna do Mar, órgão da AMFNB com objetivos culturais informativos, publicando poesias e contos escritos por marinheiros. Também em 1962 foi criado o Ginásio Noturno da AMFNB. Muitos estudantes da Filosofia do Rio, em troca de uma ínfima quantia de dinheiro, mas com grande espírito de solidariedade, atuaram como professores voluntários.

Teoricamente, nenhum artigo do Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM) proibia o marinheiro de estudar. Mas na prática, tudo era feito para dificultar a vida daquele que se dispusesse ao estudo. Salvo aqueles que não eram conhecidos como "rebeldes" ou "indisciplinados" (em geral informantes ou simples puxa-sacos), aos demais era quase sempre recusada autorização para servir em terra afim de poder frequentar regularmente os cursos. Muitos marinheiros faziam cursos por correspondência, mas os resultados eram precários.

O Ginásio Noturno da AMFNB rompeu com as dificuldades básicas na medida em que o professor organizava as matérias de forma a que quando o aluno chegava de uma viagem, retomava as aulas perdidas, confirmava o aproveitamento através de testes, sendo que muitas vezes tinha levado durante a viagem a matéria que estava sendo dada no Ginásio, de maneira a que, em voltando, já a tinha preparado.

O medo da oficialidade (e o ódio) era que, com a dinâmica que tomava o Ginásio Noturno, desenvolvendo a capacidade intelectual e elevando socialmente o marinheiro, este perdesse a subserviência, a reverência militar. Isso era entendido como "quebra da disciplina". Na concepção do militar burguês não está previsto nem permitido que um subalterno olhe horizontal

mente ou de cabeça levantada quando se dirige a um "superior". Como diziam os nossos oficiais: "o bom soldado cumpre, depois pondera".

Nos bondes que circulavam na Central do Brasil no período noturno, notava-se a presença de centenas de marinheiros e fuzileiros, as vezes sonâmbulos, com os livros debaixo do braço, indo ou vindo do Colégio da AMFNB. Marinheiros circulavam pelas ruas do Rio conversando com estudantes. Isso tudo que começamos a entender e conhecer, como um mundo novo, significava "subversão" para os que adoravam e defendiam a concepção reacionária sobre a vida e o homem. Ao circular com universitários, o marinheiro tinha conseguido vencer um tabu que o isolava do resto da sociedade. Havia a fama triste, no Rio de Janeiro, de que "a mulher que andava com marujo era puta e o civil (homem), bicha". Com um ano de atividade cultural da AMFNB, foram sepultadas tradições asquerosas de mais de meio século.

Os marinheiros e fuzileiros já não liam mais "Seleções". Liam a "Tribuna do Mar". Ninguém mais se sentia complexado ao andar fardado pelas ruas do centro nas cidades grandes. As garotas, em vez de virar a esquina quando nos viam, interpelavam-nos, muitas vezes, para perguntar sobre a nossa Associação. Foi neste estado de espírito que comemoramos, na sede do Sindicato dos Choferes da Guanabara, a 25 de março de 1963, o primeiro aniversário da AMFNB.

A aristocracia naval no contra-ataque

O primeiro aniversário foi comemorado num clima de tensão. A reação aristocrática na Marinha já medira as consequências da unidade entre marinheiros e fuzileiros, de sua desalienação, de sua sede de cultura. Reagiu tentando proibir ou ao menos sabotar nossa reunião-balanço. Para tanto lançou mão de recursos de todo tipo. Permitiu que a reunião se efetuasse, mas somente com a presença dos membros da direção e dos delegados. Era a conciliação. A isso foi respondido que a reunião se realizaria sim, e com a presença de associados, não-associados e seus representantes. Informamos os delegados das unidades de fuzileiros, em particular do Batalhão Riachuelo, da situação criada pelo Almirantado. Eles responderam que usariam as armas, se necessário, para garantir a reunião. Esta atitude foi muito importante, pois o marinheiro, em terra, não desempenha nenhum papel militar, enquanto que os fuzileiros dominam as técnicas do combate terrestre. O Batalhão Riachuelo, composto de soldados profissionais, era considerado o melhor grupo de



combate: treinados segundo o método dos americanos no Canal do Panamá. As bases tendo sido consultadas, perguntou-se ao Almirante Aragão (o "Almirante do Povo") qual seria sua atitude diante da reunião da AMFNB. Respondeu confirmando que pessoalmente recusar-se-ia a comandar os Fuzileiros numa eventual tentativa de repressão à Associação. Mas o essencial é que tínhamos marinheiros infiltrados e fardados de fuzileiros que nos mantinham perfeitamente informados da evolução da situação dentro do Corpo de Fuzileiros. Graças a essas informações vindas das bases, tínhamos certeza de que a reunião não seria reprimida, ao menos por esta via.

Foi neste clima de tensão que a realizamos. A "burguesia uniformizada" engoliu esta espinha que lhe atravessava a garganta. O Almirantado estava a par da disposição da quase totalidade da tropa em apoiar nossa primeira reunião. Donde seu recuo tático. E o contra-ataque político: os Diários Associados de Fortaleza nos gratificaram com a expressão de "ninho de comunistas". Durante o ano de 1963, a tensão não cessou de se agravar, à medida que se intensificava o ataque da imprensa burguesa contra a Associação.

Face a esses ataques e ao aumento de tensão, a direção da AMFNB se divide em diversas opiniões. O contexto era de grande agitação no país inteiro e nela se envolviam todos os setores da sociedade. O deputado Leonel Brizola (então nacionalista radical) dominava a agitação do centro ao sul do Brasil. Militares nacionalistas tornavam suas as palavras do inflamado ex governador gaúcho. As denúncias permanentes de tentativas de golpe repercutiam entre marinheiros e fuzileiros. Os quase 8.000 associados da AMFNB estavam conscientes de que um golpe significaria o fim de sua organização e uma repressão generalizada.

Duas tendências principais se caracterizaram em relação a esse problema. A dos conciliadores e a dos que consideravam que a AMFNB devia participar ativamente das lutas políticas nacionais. Os conciliadores foram afastados dos postos de direção, com a destituição do primeiro presidente da AMFNB, o cabo João, substituído pelo Anselmo. Na realidade, a posição conciliadora não protegeria em modo alguma a Associação em caso de golpe.

Desenvolveu-se sobretudo neste período o sentido de aliança de classe dos marinheiros com os operários. Nos fins de 1962 no porto de Santos deu-se a greve dos "bagrinhos" (descarregadores não reconhecidos pela direção da Estiva como estivadores) e a Marinha foi convocada para sufocar a greve com um batalhão de fuzileiros. O destróier Paraíba foi escolhido para transportar a tropa. Mal entrou a bordo, um delegado da Associação perguntou a um fuzileiro: "Vamos massacrar nossos irmãos do porto? Como é essa história?". "Nós embarcamos para não criar problemas. A maioria aqui é da AMFNB... Ao desembarcarmos saudaremos nossos irmãos e nossas armas não serão usadas contra eles!"

Uma "mini-assembléia" foi realizada no alojamento dos marinheiros. A proposta de apoio aos "bagrinhos" foi aprovada sob os aplausos da grande maioria dos presentes. Mantivemos vigilância para impedir que os dedos-duros informassem os oficiais da decisão tomada. O comandante só foi informado da situação quando o navio chegou na entrada do porto. Então deu ordens para atracar. O navio permaneceu fundeado algumas horas e em seguida foram dadas ordens... de retorno ao Rio de Janeiro sob o pretexto de que "a situação já não exigia mais a presença da Marinha"

(continua)

AS GREVES DO ABC

antonio carvalho

A greve iniciada pelos operários metalúrgicos de São Bernardo e Santo André se expandiu por toda a Grande São Paulo, ultrapassando a categoria dos metalúrgicos. Esta capacidade de superação dos estreitos limites categoriais e locais se deve, em grande medida, ao fato de que o movimento sindical tomou consciência da necessidade de utilizar formas de luta que levam o confronto para dentro da fábrica, ao mesmo tempo em que adquiria uma visão mais justa do papel do sindicato. Pois as greves ocorreram essencialmente nas empresas e nos locais de trabalho onde as oposições jamais hesitaram em pressionar as direções sindicais a assumirem posições mais avançadas. Onde no entanto, "teimou-se" em fazer do sindicato o centro da luta ou pelo contrário, não se participou ativamente da vida sindical, não houve condições para um movimento grevista amplo.

Porém, a partir desta constatação, é preciso evitar cair, mais uma vez, em conclusões formais e generalizantes que em nada ajudam ao fortalecimento do movimento operário. A análise concreta de uma situação concreta implica em considerar o conjunto de determinações de uma realidade e, por isso, acompanhar seu desenvolvimento histórico tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo.

Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, conhecer a ação sindical que vem sendo desenvolvida na região. Desde ao menos 1973, em todas as grandes indústrias que entraram em greve em maio, tinham se multiplicado as paradas relâmpago (menos de meia hora), as operações tartaruga, e outras formas de luta. Apesar da falta de informações a este respeito nos jornais legais e mesmo na imprensa sindical, pode-se afirmar com certeza que isto ocorreu ao menos nas seguintes fábricas: FORD, VOLKSWAGEN-seção pintura e ferramentaria, SCANIA, MERCEDES, COFAP e CONSTANTA. Estas pequenas paradas vem trazendo uma consciência cada vez mais ampla da capacidade de luta dos trabalhadores. O fato mais significativo de que temos conhecimento ocorreu na FORD, onde várias seções entraram em operação tartaruga logo após o dissídio coletivo do ano passado (1977) e conseguiram um aumento de 15% acima dos 41% decididos em negociação coletiva.

É também necessário considerar que os elementos mais combativos na luta reivindicativa vem atuando dentro dos sindicatos, preenchendo o "vazio ideológico" até então existente, influenciando a massa de trabalhadores que comparecem nos sindicatos, oferecendo alternativas de conduta sindical, pressionando as diretorias a assumirem posições mais dignas e eliminando qualquer possibilidade de discursos conciliatórios. Estes sindicalistas participam de todas as atividades do sindicato, estão presentes em todas as reuniões, não importando qual seja o seu caráter. Esta atuação dos sindicalistas mais combativos faz com que os dirigentes sindicais sejam levados a assumir posições mais consequentes, não importando no caso suas possíveis segundas intenções.

O primeiro grande resultado desta combinação entre a movimentação dentro

das fábricas e a ação sindical que ultrapassa os muros das indústrias e dos sindicatos e se estende pelos bairros, desemboca na maior mobilização operária ocorrida desde há muitos anos: a luta pela reposição salarial do "erro" cometido nos índices de reajuste nos anos 73/74. A partir de um artigo de primeira página do jornalista Paulo Francis na "Folha de São Paulo" comentando o balanço anual do BID, descobre-se que houve "fraude" na correção. O ministro Simonsen vem à público defender seu predecessor Delfim Neto, para depois, dadas as evidências, acabar reconhecendo o "erro".

A farsa do dissídio

Se a luta por melhores salários sempre foi legítima, naquele momento aos olhos dos sindicatos, ela assume caráter legal. No espaço de uma semana reúnem-se em assembleias 5 000 operários na sede do sindicato de São Bernardo e 6 000 em Santo André. A questão da reposição salarial mobiliza também outros sindicatos como os de Osasco e São Paulo, assim como o dos bancários de São Paulo. Em Osasco as reuniões tem grande participação, mas em São Paulo a questão é rapidamente esvaziada.

A questão da reposição salarial lançou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio, aos olhos daqueles que até então não davam muita atenção ao movimento sindical. O "Lula" passou a ser capa de semanários e a questão sindical ganhou, a partir daí, algumas colunas diárias da grande imprensa paulista. Mas isto certamente não é o mais importante. O que de fato vale ressaltar é que, a partir desta experiência de negociação - que foi amplamente acompanhada pela imprensa, pelos parlamentares e recebeu apoio de todos os setores progressistas do país - coloca-se no centro das lutas contra a ditadura a luta pela liberdade sindical.

A negociação não dá nenhum resultado. Depois de muita conversa, os sindicalistas saem de mãos abanando das diversas reuniões com representantes governamentais e patronais. E comunicam aos jornalistas presentes suas conclusões: só há um meio de conseguir alguma coisa, é a greve. Almir Pazzianoto, parlamentar do MDB e advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, declarou numa entrevista para a Folha de São Paulo que o sindicato que ele representa não ia entrar em negociação pois o máximo que aí se consegue são migalhas de 1% acima do índice estabelecido pelo governo. Mesmo assim, isto só é obtido em detrimento de pontos importantes da lista de reivindicações que tradicionalmente são apresentadas na época do dissídio como: salário igual para trabalho igual, estabilidade do menor em época de serviço militar, etc...E reafirmou que a única saída para o trabalhador é a greve.

Neste estado de espírito chega o mês de maio. Na Mercedes Benz, o movimento grevista em diversas seções não se tinha praticamente interrompido desde o dissídio de março. Em Santo André são inúmeras as fábricas parcialmente paradas, em intervalos de tempo cada vez mais curtos. O 1º de Maio, "dia de luta e de luto", segundo as palavras do presidente do sindicato de Santo André é comemorado com discursos bastante agressivos, onde o que mais impressiona é a uniformidade das palavras de ordem, plenamente aceitas pelos mais de mil operários presentes que aplaudem com entusiasmo todas as referências à reforma agrária e à luta pela formação de uma Central Sindical.

A hora da greve

A maior parte das informações a respeito da greve foram amplamente divulgadas seja pela "grande" imprensa, seja pela imprensa alternativa. Pode-se dizer que, grosso modo e conforme apreciações vindas de vários participantes do movimento grevista, foram fontes fidedignas, salvo no que se refere ao número de grevistas. Com efeito, no mesmo dia em que a Folha de São Paulo anunciava 40 000 operários em greve, o Jornal do Brasil falava de 25 000 e o Trabalho (novo semanário "internacionalista") em 70 000 !

É sintomático que a greve de caráter sobretudo reivindicativo (por um aumento de 20% além do decidido em dissídio) tenha nascido das grandes empresas que vem tendo a maior experiência de luta nos últimos anos. É exatamente nestas fábricas que a greve assume sua característica mais notável: os operários entram na fábrica, se colocam cada um em seu lugar costumeiro de trabalho e permanecem em silêncio por todo o período.

As direções sindicais acompanham o movimento grevista de forma bastante cautelosa. Oferecem-se como intermediários para as negociações, mas em momento algum dão a impressão de querer assumir a direção do processo. Esta atitude provocou muitas controvérsias. O Trabalho, por exemplo, critica as direções sindicais por não terem aproveitado a oportunidade para tirar uma greve geral e denuncia como "pelegos" todos os dirigentes sindicais que não se pronunciaram neste sentido. É óbvio que para quem as condições de se tirar uma greve estão dadas a partir do momento em que se agita a idéia (por sinal, os editores deste jornal são os mesmos que acreditam ter derrubado a ditadura de tanto afirmar que ela está caindo de podre) é inconcebível que, fora dos pelegos, se possa sequer pensar em esperar o momento certo de avançar.

Os sindicatos agem com cautela por duas fortes razões. Em primeiro lugar por que apesar de conhecerem muito bem a situação explosiva reinante dentro das fábricas, eles não comandam o processo e, com razão, não tentaram se substituir a lideranças locais. Em segundo porque, as direções dos dois principais sindicatos do ABC, após fazerem intenso proselitismo a favor da greve nos últimos meses, se incompatibilizaram com os setores mais reacionários das classes dominantes. Para não provocar uma intervenção - o que seria realmente nefasto para o conjunto do movimento no momento - os sindicalistas que estão participando diretamente das greves resolveram não aparecer nas reuniões feitas nos sindicatos, evitando assim acusações de conspiração grevista dentro dos sindicatos.

De fato, os sindicatos entram em cena para manter seu papel de interlocutor e negociador válido no que se refere à defesa dos interesses dos trabalhadores. Isto foi importante porque a primeira coisa que o empresário fez junto ao Ministério do Trabalho foi denunciar a ilegalidade da greve. Este argumento, numa legislação trabalhista como a brasileira, serve como uma demonstração da correlação de forças entre as classes trabalhadoras e proprietárias, como se fosse uma lembrança de quem é mais forte, de quem sempre conseguiu impor-se. Os empresários declaravam que não só aquele movimento não havia sido autorizado pela Justiça do Trabalho mas que também, de acordo com a legislação vigente, há apenas um reajuste anual e que portanto a reivindicação de aumento extra só poderia ser cumprida desrespeitando a vontade do governo. Paradoxalmente, os em-

presários não ousaram levar muito adiante a argumentação da ilegalidade, usaram-na mais como uma forma de barganha, pretendendo fazer passar a idéia de que, se tivessem que ceder em algo, isto não seria uma concessão mas, ao contrário, porque eles teriam sido "bonzinhos e compreensivos".

O papel dos sindicatos é de contra-argumentar pela legitimidade da greve e deixar claro para as autoridades e o povo em geral que já não é mais possível manter a mesma relação entre o trabalho e o capital de forma tão privilegiada para este último. Em outras palavras, anuncia-se que a correlação de forças se alterou e que o componente trabalho exige que a lei expresse esta situação nova. A greve demonstra esta nova força dos trabalhadores, passando por cima da proibição da negociação direta, do reajuste anual, da repressão ostensiva dentro da fábrica que, em princípio, deveria proibir reuniões de mais de tres operários (na FORD e em outras empresas se fizeram assembléias gerais dentro da fábrica).

Foi com as máquinas paradas que as negociações, que tinham sido impossíveis na época do movimento pela reposição dos 34% e durante a campanha pelo reajuste deste ano, começaram a ser realizadas. Os patrões foram obrigados a discutir as reivindicações salariais e se sentar na mesa com os sindicatos operários.

Em algumas fábricas saiu aumento de 15%, noutras de 10% além de muitas antecipações a serem compensadas no próximo reajuste normal. Não foi preciso fazer nenhuma concessão para obter esses aumentos. Sequer os dias de greve deixaram de ser pagos, pois esta foi uma condição constante nas diversas fábricas. Fazer greve contrariando uma lei em vigor, exigir e obter o reajuste fora do dissídio contrariando outra lei, ou seja, legitimar a greve mesmo sendo ilegal e conseguir aumento salarial mesmo sendo proibido, esta é a grande vitória do movimento.

Autonomia sim, oportunismo não

Não há a menor dúvida de que o movimento, no seu início, não foi articulado por nenhuma coordenação interfábrica, nem de que nenhum agrupamento partidário foi o articulador do processo. No entanto, a espontaneidade do movimento e sua consequente autonomia dizem respeito principalmente à sua organização e não à participação de militantes de grupos político-partidários (que certamente estiveram na vanguarda do processo) nem ao papel dos sindicatos. É nesse sentido que deve ser defendida a idéia da autonomia do movimento sindical. Como um movimento sindical unitário que reúne todas as correntes ideológicas que atravessam a classe operária em torno das lutas por melhores condições de vida e de trabalho reforçando a interdependência entre o trabalho de base dentro da fábrica (em luta aberta e direta contra o patrão) e o sindicato (em defesa dos interesses dos trabalhadores nas negociações com os patrões). É assim que a autonomia foi entendida por Gramsci, e por Marcelino Camacho, dirigente comunista das Comisiones Obreras espanholas. Ela se antepõe antes de mais nada à concepção que reduz o sindicato a uma mera "correia de transmissão" entre o Partido e a classe operária.

Mas não podemos, porém, compactuar com a utilização oportunista da idéia de autonomia que serve para a prática anti-comunista e espontaneista, que considera que o movimento sindical contém todas as qualidades orgânicas necessárias às classes trabalhadoras, negando assim a necessidade para os trabalhadores mais consequentes de se organizarem num Partido que não apenas defenda seus interesses imediatos mas que seja o portador da perspectiva de uma nova sociedade. Serão estes que assegurarão a unidade de ação entre o Partido, o sindicato e as organizações de massa.

EQUÍVOCOS DO OBREIRISMO DE DIREITA

nenos matos

Redigido e editado por militantes de uma organização política que atua no movimento sindical brasileiro, o documento Nossas tarefas no movimento operário, apesar de não ser muito recente, tem servido de base para publicações mais recentes, entre as quais as brochuras O Sindicalismo no Brasil e, esta em língua francesa, Perspectives de l'opposition ouvrière au Brésil. O principal interesse em submeter esse texto a uma análise crítica se deve ao fato de ter reunido de maneira sistemática algumas das concepções errôneas que ainda hoje têm um grande peso em nosso movimento sindical.

As quatro primeiras partes de Nossas tarefas no movimento operário tratam particularmente da estrutura dos sindicatos no Brasil. Nós as deixaremos de lado para concentrar nossa análise nas duas partes finais desse documento, aonde os redatores apresentam seus pontos de vista sobre a luta sindical e explicitam as orientações que preconizam para o movimento operário. Considerando que esse texto é pouco conhecido, citaremos largos extratos das passagens mais significativas.

Oposição sindical ou oposição política?

"Depois de vários anos de aparente imobilismo, os trabalhadores começam a se manifestar politicamente. Como a classe operária ainda não está organizada em partido político, essas manifestações ainda não dão resultados espetaculares, não há greves de amplitude nacional nem manifestações de massa na rua. Apesar dessa situação difícil, a classe operária brasileira já tem condições de aceitar a legalidade sindical imposta pelo governo e se constituir em oposição política no interior dos sindicatos. Ao se constituir em fração política independente das demais classes sociais, a classe operária criou um movimento de massa, em torno do qual os trabalhadores começam a se mobilizar para a defesa de seus interesses elementares." (Nossas tarefas no movimento operário, p.13)

Os redatores pretendem que a classe operária "já tem condições de aceitar a legalidade sindical imposta pelo governo", e isto se relaciona sem dúvida com a idéia de que "os trabalhadores começam a se manifestar politicamente". No entanto, estejam ou não estejam se manifestando politicamente, o problema de participar ou não (e não de "aceitar" como dizem os redatores do texto) no quadro da estrutura sindical corporatista vigente no Brasil existe para os trabalhadores desde o momento em que ela lhes foi imposta. O sindicalismo de Estado ocupou pela força a esfera da luta econômica e bloqueou o curso da luta entre o trabalho e o capital, em favor deste evidentemente, na medida em que impedia a livre organização dos trabalhadores para a defesa de seus interesses econômicos. Portanto, enquanto não tiverem força para conquistar a liberdade de organização, para opor o sindicato livre ao sindicato atrelado ao Estado, os trabalhadores conscientes estarão permanentemente colocados diante do dilema: ignorar o sindicato oficial, partir exclusivamente das fábricas e dos

bairros para organizar os demais trabalhadores para a luta por melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, partir de imediato para a construção progressiva de um sindicalismo "paralelo" ou livre, ou então explorar as possibilidades que oferece o sindicato oficial, pois apesar de atrelado ao Estado e dirigido por pelegos é a ele que se dirigem os trabalhadores que tem consciência de que é necessário lutar para viver melhor.

Hoje é evidente, e muitos anos de luta pela autonomia organizatória dos trabalhadores o demonstraram, que a via do "sindicalismo paralelo" era utópica e só levou ao isolamento daqueles que a adotaram. A via consagrada pela experiência na luta para criar as condições que permitam abolir o sindicato de Estado e implantar o sindicalismo livre é a que preconiza a articulação da propaganda, da agitação e da organização nas bases, ou seja, nos locais de trabalho e nos bairros, com a ação legal e aberta nos sindicatos oficiais.

O erro dos redatores não termina aí, pois agora a classe operária teria, segundo eles, condições não só de "aceitar a legalidade sindical imposta pelo governo", mas também de "se constituir em oposição política no interior dos sindicatos". Que oposição política será essa que age "no interior dos sindicatos"? Trata-se no mínimo de falta de rigor, sobretudo se recordarmos que os sindicatos visam organizar os trabalhadores na sua luta cotidiana contra o capital e que toda a ação propriamente política, inclusive a de oposição, se refere à esfera da política, ou seja, ao espaço ocupado pelo Estado e suas instituições - o regime, o governo, o parlamento, etc. Pode inclusive tratar-se de uma oposição que negue essas instituições e que queira destruir o Estado, mas em qualquer dos casos, toda a ação propriamente política se refere à luta pelo poder político ou pelo menos à luta por transformações gerais no caráter do Estado ou de sua orientação política. Por isso, em vez de falar em "oposição política" que age "no interior dos sindicatos" é mais acertado falar em oposições sindicais, termo já consagrado para referir-se ao movimento dos trabalhadores que se organizam para lutar por melhores condições de venda da sua força de trabalho e que têm consciência de que isso vai de par com a luta contra a situação sindical (os pelegos) e também contra a estrutura sindical vigente.

Esta série de afirmações que contestamos não resultam de uma mera confusão de termos. Trata-se na verdade de uma concepção errônea sobre o caminho que seguem a luta política e a luta econômica ou sindical dos trabalhadores brasileiros, assim como sobre a relação existente entre esses dois aspectos da luta pela emancipação dos trabalhadores. Isto pode ser comprovado se lembrarmos que o texto pretende que a classe operária se constituiu em "fração política independente das demais classes sociais" e criou "um movimento de massas" que mobiliza os trabalhadores "para a defesa de seus interesses elementares". Ora, poucas linhas acima, o redator afirma com razão que "a classe operária ainda não está organizada em partido político", fica impossível compreender como pode então constituir-se em "fração política independente das demais classes sociais". É evidente que se a classe operária estivesse organizada em fração política independente das demais classes sociais, estaria orientando sua luta e a dos demais trabalhadores em função de seus interesses históricos (abolir a exploração do homem pelo homem) e não em função dos horizontes bastante mais limitados de seus "interesses elementares" (melhores salários, melhores condições de vida, etc.)... Só o obreirismo, que reduz o horizonte da luta dos trabalhadores à estrita defesa de interesses econômicos,

pode vislumbrar por trás de qualquer mobilização a classe operária constituída em "fração política independente, etc., etc."

É importante notar a distância que separa essas idéias confusas sobre a organização política da classe operária da rigorosa formulação estabelecida por Marx e incorporada nos estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1871, na qual afirmava que "em sua luta contra o poder coletivo das classes dominantes, o proletariado não pode agir enquanto classe senão constituindo-se em partido político distinto e oposto a todos os velhos partidos formados pelas classes dominantes", e concluía que "a conquista do poder político passa a ser a grande tarefa do proletariado" pois "os senhores da terra e do capital servem-se sempre de seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos e subjugar o trabalho".

Liberdade política e emancipação dos trabalhadores

Uma outra passagem do texto onde se concentram várias afirmações errôneas é a seguinte:

"A união dos trabalhadores em torno de objetivos políticos bem definidos é que faz com que a luta se amplie. E o objetivo em torno do qual vai se organizar a luta política dos trabalhadores brasileiros é a conquista da liberdade e da autonomia sindical. Se esse objetivo for conseguido a classe operária ficará livre do controle e das manipulações que tradicionalmente a classe dominante exerce sobre as instituições sindicais do Brasil. Na sua ação política, a classe operária se separa nitidamente do populismo nacionalista, porque ela se constitui como oposição de classe, isto é, como movimento da classe operária, independente dos outros movimentos de oposição. Isto não quer dizer que a classe operária possa se isolar dos outros movimentos de oposição à ditadura. Nesta perspectiva, mesmo um movimento de oposição 'oficial', como o MDB, pode ser útil à luta da classe operária, servir de caixa de ressonância para a luta de classes, elementar, que se desenvolve nas fábricas e nos bairros populares". (Nos - sas Tarefas... pg. 13)

Os redatores pretendem que "na sua ação política" o proletariado se "separa nitidamente do populismo nacionalista" na medida em que age como "oposição de classe", e precisam, "como movimento da classe operária independente dos outros movimentos de oposição". Por enquanto nada se diz sobre a maneira como se organiza essa "oposição de classe", nem sobre seus meios de ação. Por sua vez, os objetivos desta "oposição de classe" parecem ser bastante limitados. Embora o texto afirme que a classe operária não deve isolar-se "dos outros movimentos de oposição à ditadura" algumas linhas acima podemos ler que a "luta política dos trabalhadores brasileiros" tem por objetivo a "conquista da liberdade e da autonomia sindicais". Ficamos portanto sem entender se a classe operária deve participar, com as outras forças sociais, da luta contra a ditadura ou se deve limitar-se a lutar pela liberdade e a autonomia sindicais. Esta é uma questão crucial que não pode ser tratada de maneira nebulosa. A luta da classe operária por sua emancipação é uma luta política; hoje, seu grande objetivo é a conquista da liberdade política. O principal obstáculo na via para a emancipação da classe operária e dos demais trabalhadores em nosso país é a ditadura militar, com seu séquito de terror seus aparelhos especiais de repressão, a tortura, etc. Assegurando os privilégios das classes dominantes, em particular dos grandes monopóli-

os, o regime militar aboliu os já limitados direitos conquistados pelos trabalhadores. Através da repressão sistemática, através do terror de Estado, a ditadura bloqueou a ação do movimento operário e mantém as grandes massas em estado de miséria material, política e cultural que conhecemos. A liberdade de organização, a liberdade sindical, o direito de greve, etc., são apenas alguns dentre os vários direitos legítimos da classe operária e demais trabalhadores que só poderão ser conquistados com a derrubada da ditadura e que só terão caráter geral e duradouro enquanto houver liberdade política para as massas. Por isso, a luta da classe operária por sua emancipação coloca hoje na ordem do dia a luta contra a ditadura militar, a luta pela liberdade política.

Passando a outro aspecto do texto citado, é abusivo pretender que a classe operária, por estar agindo como "oposição de classe", já se separou "nitidamente do populismo nacionalista". Primeiramente porque até nossos dias apenas uma parcela muito reduzida da classe operária despertou para a luta pela defesa de seus interesses mais elementares, e é ainda menor a fração que se mobilizou para a luta política, pois esta pressupõe um nível de consciência bastante mais elevado. Em seguida, porque a fração daqueles que se mobilizaram para essa luta está dividida, de um lado, nas várias correntes que afirmam lutar pelo Socialismo e pela emancipação dos trabalhadores e, de outro lado, por aquelas que representam de maneira mais ou menos clara a influência das classes dominantes no movimento operário, e que vão desde o "populismo nacionalista" a que se refere o texto, passando pela democracia cristã e chegando mesmo a correntes mais conservadoras. Portanto, a classe operária não só não se separou nitidamente do populismo, como se encontra, no que a certas frações se refere, submetida a influências ideológicas ainda mais nefastas. Para libertar-se dessas influências ideológicas burguesas, para poder agir de forma independente na cena política nacional, o proletariado tem que formar o seu partido político próprio, distinto e o-posto às demais correntes ou partidos políticos burgueses. Para tanto, é preciso que as idéias do marxismo, do comunismo -e até do "socialismo humanista" dos redatores de Nossas Tarefas...- se transformem em força material ao serem assumidas pelas massas.

Todo o espaço político em que os revolucionários puderem atuar deve ser utilizado para a divulgação do programa político que poderá abrir a via do socialismo em nosso país. No entanto, naquilo que se refere à luta pela liberdade política, esses companheiros enxergam o papel do MDB como "caixa de ressonância" da luta "elementar" desenvolvida nas fábricas e nos bairros populares. Deparamo-nos mais uma vez com as concepções obreiristas e seu característico culto do "elementar" e do espontâneo. Assim, se por um lado exageram o nível de organização e consciência da classe operária, por outro, esses companheiros rebaixam a luta pelos interesses históricos dos trabalhadores a um nível muito mais elementar e embrionário do que o imposto pelas condições concretas em que a luta se desenvolve.

Oposição operária: um "sindicalismo revolucionário" contra o Partido?

O texto passa em seguida a tratar das correntes que hoje atuam no "trabalho sindical", "programa de ação bem preciso de militantes operários decididos a participar da vida política do país" -atribuição que evidentemente é mais apropriada à ação de um partido político que à de qualquer "trabalho sindical". Após referir-se a uma "linha política" que

"recomenda a participação dos militantes na gestão dos sindicatos ao lado dos pelegos" e de outra, "radical", que "condena em bloco a atual estrutura sindical" e que se recusa a "qualquer ação no interior do sindicato oficial", passam a tratar de uma terceira orientação que teria nascido "da prática social dos trabalhadores". Esta terceira corrente, que os redatores chamam de "oposição operária", estaria se afirmando "no confronto com os pelegos e na luta contra o aparelho repressivo da ditadura" (op. cit. pg. 15).

Antes de verificar a que corresponde essa "oposição operária", parece-nos necessário esclarecer alguns mal-entendidos que resultam do texto em questão. Primeiramente, no campo da luta sindical, é errôneo falar de "linhas políticas" diferentes, o que existe na verdade são orientações ou táticas diferentes de condução dessa luta. Essas diferenças são determinadas pelo maior ou menor peso que se dá ao trabalho de organização nas bases, pela participação ou não no interior dos sindicatos oficiais, pela maior ou menor importância que se atribui à disputa de eleições para as diretorias dos sindicatos, etc. Portanto, é perfeitamente possível que organizações políticas com linhas políticas diferentes adotem a mesma orientação geral ou a mesma tática na luta sindical. Isto fica claro, por exemplo, em algumas oposições sindicais, que na verdade são resultado da unidade de ação, no terreno sindical, estabelecida entre militantes sindicalistas que se identificam com diferentes correntes políticas.

Afirmando que a luta sindical se desenvolve "em duas direções principais", a primeira das quais "se inscreve na perspectiva da luta geral contra a ditadura" (op. cit. pg. 16) os redatores pretendem que a "oposição operária", sendo "profundamente democrática" tem como princípio "a associação com o conjunto das forças democráticas que lutam contra a opressão do povo". A "segunda linha de ação" é a defesa dos interesses específicos dos trabalhadores. Entre os vários aspectos que adquire esta "linha de ação" os redatores nos informam que "por ocasião das eleições para a mudança das direções sindicais, a oposição operária tem apresentado, desde 1972, candidatos próprios contra as chapas do governo, formadas pelos pelegos" (op. cit. pg. 17, sublinhado por nós). Mais adiante podemos ler que estando a classe operária "impedida de se manifestar politicamente, algumas organizações intermediárias assumem hoje um papel político importante, preenchendo o vazio imposto pela ditadura, e com a oposição sindical completam o quadro da oposição operária de tipo novo que está se temperando nas condições de luta difíceis que o capitalismo brasileiro impõe à classe operária hoje" (op. cit. pg. 19 sublinhado por nós). Podemos deduzir assim que o "quadro" desta "salada operária", ou melhor, "oposição operária", seria composto pela oposição sindical e por "algumas organizações intermediárias", cujo caráter, dimensões ou objetivos não nos foi possível desvendar nesse texto que não prima pela clareza. As oposições sindicais, como sabemos, não têm um organismo centralizador. Na verdade essa denominação recobre várias frentes de atuação na esfera sindical - cujo grau de articulação é muito variável segundo as regiões - em que, sobre a base da mais larga unidade de ação, se encontram militantes revolucionários das mais diversas correntes políticas, que lutam pela conquista da independência sindical. Será sem dúvida uma desagradável surpresa para esses revolucionários e sindicalistas, cujo grande objetivo comum é o de dar cabo do atrelamento sindical ao Estado e conquistar a liberdade de organização descobrir que podem estar servindo a desígnios bastante mais obscuros enquanto componentes do "quadro" de uma pretensa "oposição operária" cujos obje-

tivos são bastante discutíveis, como veremos a seguir.

Não é preciso ir muito longe para desvendar o que os redatores pretendem para a dita "oposição operária". A "oposição operária" ainda não tem condições de coordenar seus esforços com o conjunto da oposição democrática. Por isso mesmo ela não consegue ainda se impor como centro de direção política para as demais classes sociais. Nossa tarefa é, exatamente, criar as condições para que a oposição operária se imponha às demais classes e grupos sociais como vanguarda política." (op. cit. pg. 20, sublinhado por nós). O leitor menos avisado poderia concluir, às pressas, que se encontra diante da concepção leninista -um pouco caolha, talvez- do partido do proletariado: a classe operária organizada de forma independente -a "oposição operária"- colocando-se à frente das demais classes sociais interessadas na derrubada da ditadura. Mas não é isto que pretendem os redatores de Nossas tarefas...

Se a "oposição operária" não pretende ser o "partido do proletariado", qual é a sua pretensão? Na mesma página, algumas linhas acima lemos que o trabalho da "oposição operária" só tem sentido porque visa o aprofundamento da consciência de classe dos trabalhadores, a preparação de quadros políticos e a criação de organizações intermediárias que levem até ao surgimento de uma central sindical." (op. cit. pg. 20) Portanto, segundo o raciocínio dos redatores, a "oposição operária" deveria evoluir no sentido de formar uma central sindical. Mas não se trata de uma organização sindical como a que conhecemos em quase todos os países em que o movimento operário conquistou a independência organizativa. Não é por acaso que na página 18 podemos ler que "aos poucos se desenvolve a consciência da necessidade de uma nova estrutura sindical e do papel político verdadeiramente revolucionário que pode desempenhar uma central sindical num país como o Brasil, onde não existe partido operário e onde a classe operária é jovem e em plena expansão". (sublinhado por nós). A que outra coisa pode corresponder o "papel político verdadeiramente revolucionário" de uma organização senão a luta pelo poder político e pela revolução socialista? Os redatores atribuem portanto, como já o haviam feito os sindicalistas-revolucionários do início de nosso século, o papel do partido político revolucionário, à organização sindical da classe operária. Trata-se portanto de um velho erro político, que nem por isso deixa de ser grave.

A organização sindical tende a reunir todos os trabalhadores na defesa de seus interesses materiais mais imediatos. Necessita da liberdade de organização para enfrentar o patronato no terreno econômico, e por isso mesmo, não é indiferente à questão da liberdade política em geral, da qual a liberdade sindical é um dos aspectos. Não é tampouco indiferente à luta pela abolição do capitalismo. Não é -salvo no caso de sindicatos reformistas ou francamente "amarelos"- politicamente neutra. Porque numa sociedade fundada no antagonismo entre o Trabalho e o Capital, a neutralidade política é na prática aceitação do "statu quo", isto é, da dominação do Capital sobre o Trabalho. Mas por reunir os trabalhadores enquanto trabalhadores, a partir dos locais de produção, e por defender seus interesses no interior da sociedade capitalista existente, o sindicato não pode centrar sua ação na conquista do poder político. Ele não pode, nem ao nível de seus critérios de recrutamento, nem no de seus objetivos nem no de suas formas de organização e tampouco no de suas plataformas reivindicativas, fazer da transformação revolucionária da sociedade sua razão de ser. Ele não pode tomar o lugar do partido revolucionário.

TRINTA NUMEROS DE DEBATE

AGRICULTURA

A ESTRATÉGIA AGRÁRIA DA DITADURA -Editorial -nº2
O MOVIMENTO CAMPESES NA ZONA CANAVIEIRA DE PER -
NABUCCO - Palmeira (Capivara) - nºs 11,12,13
A AGRICULTURA BRASILEIRA (LEITE) - A. Silva-nº14
A AGRICULTURA BRASILEIRA (CARNE) - A. Silva-nº15
A AGRICULTURA BRASILEIRA (NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO
DO TRIGO E DA SOJA) -A. Silva - nº 16
O SETOR AGRÁRIO-RELATÓRIO AO TRIBUNAL RUSSEL II-
A. Silva -nº 18
OS EXPLORADOS DO CAMPO - A. Silva - nº 21
FORÇAS DE PRODUÇÃO NO CAMPO - A. Silva - nº 22
CLASSES SOCIAIS NO CAMPO - A. Silva - nº 23
CAIO PRADO E A LUTA PELA TERRA - A. Silva - nº25
O CAPITALISMO AGRÁRIO NO BRASIL -A. Silva - nº27

ANÁLISE POLÍTICA

O LEGADO DE CARLOS MARIGUELLA - Fernando Lucas -
nºs 1 , 2
UNIDADE DA ESQUERDA - Editorial - nº 3
A CRISE BRASILEIRA - Carlos Mariguella - nºs 3 ,
5 , 6 , 7
LUTA ANTI-IMPERIALISTA E LUTA ANTI-CAPITALISTA -
Editorial - nº 5
O CHE E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA -Norberto Nehring
nº 6
AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES -
Editorial - nº 6
A DITADURA E A HEGEMONIA DA OLIGARQUIA MONOPOLIS-
TA - Editorial - nº 7
A ATUALIDADE DO LENINISMO - Editorial - nº 9
POLÍTICA DE CÍRCULOS E POLÍTICA DE PARTIDO - E-
ditorial - nº 11
PROJETO DE PLATAFORMA POLÍTICA - nº 12
NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS CONCEPÇÕES DA
SOCIEDADE BRASILEIRA - Fernando Andrade - nº 13
CHILE - DA UNIDADE POPULAR À RESISTÊNCIA ANTI -
FASCISTA - Editorial - nº 14
SUCESSÃO : DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA
DEMOCRACIA -Editorial - nº 15

AS ELEIÇÕES E A LUTA CONTRA A DITADURA - Edito-
rial - nº 16

PELA RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO
Editorial - nº 18

A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL - Editorial -nº 21

A DEMOCRACIA REVOLUCIONÁRIA - Fernando Andrade -
nº 24

A QUESTÃO DA AUTONOMIA - Rolando Fratti - nº 24

CRISE DO REGIME MILITAR ? - Editorial - nº 25

ORIGENS DO COMUNISMO NO BRASIL - Neno Matos-nº28

BASES SOCIAIS DA FRENTE DEMOCRÁTICA - Abel Silva
nº 29

OS REVOLUCIONÁRIOS E O PARTIDO UNICO - Rolando
Fratti - nº 29

NOSSAS DIVERGÊNCIAS COM O COMPANHEIRO FRATTI -
nº 29

A ESQUERDA E A DEMOCRACIA - Marcia Brandão,Thia-
go de Lima - nº 29

CONJUNTURA POLÍTICA

A TORTURA A SERVIÇO DO CAPITALISMO- Carlos Moura
nº 1

BALANÇO DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL - Josué
Costa,Saturnino Silva , Alice Paiva nº 2

SUCESSÃO , DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA DE-
MOCRACIA - Editorial - nº 15

AS ELEIÇÕES E A LUTA CONTRA A DITADURA - Edito-
rial - nº 17

A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL -Editorial - nº 21

O VOTO PROGRAMA NAS MUNICIPAIS -Editorial-nº 23

OS COMUNISTAS , A DITADURA E AS ELEIÇÕES MUNICI-
PAIS -Pedro Alves -nº 23

CRISE DO REGIME MILITAR ?- Editorial - nº25

NAS RUAS , PELA LIBERDADE - Editorial - nº 26

AVANÇAR SEM SE ISOLAR (entrevista) -Jean Marc
Van der Weid - nº 26

A CAMPANHA PELA CONSTITUINTE - Abel Silva -nº27

CONTANDO AS DIVISÕES - Editorial - nº 28

ASSEMBLÉIA DO CUSTO DE VIDA - Abel Silva -nº 28

DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES

- PASSAGENS DO PROGRAMA DA VAR-PALMARES - nº 1
- POC : UNIDADE DE AÇÃO - nº 2
- VAR - PALMARES : AOS COMPANHEIROS DA DI , POC E FET - nº 3
- MRS - BALANÇO , FRENTE E PROGRAMAÇÃO - nº 6
- TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN : UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA - nº 7
- DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PCB - nº 8
- GRUPO ORIUNDO DA ALA VERMELHA E VPR : UM BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA - nºs 9 , 11, 13 , 16
- D.N.P. DA ALA VERMELHA : CARTA POLÍTICA DE JULHO DE 1973 - nº 14
- CARTA RENUNCIA À EXECUTIVA DO PCB - Carlos Mari-guella - nº 20
- O PARTIDO NAS GRANDES EMPRESAS - nº 26

ECONOMIA

- CRÍTICA AO PLANO TRIENAL - Mario Alves - nº 5
- O BRASIL ESTÁ NADANDO E SE AFOGANDO EM DIVISAS - Henrique Henriques - nº 10
- ESTRUTURA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA - Fernando Andrade - nº 14
- NOTAS SOBRE O SETOR ESTRANGEIRO EM NOSSA ECONOMIA - Joana Almeida - nº 15
- O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS - I - PETRÓLEO - Marta Alves - nº 15
- A TEORIA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO E A ECONOMIA BRASILEIRA - Fernando Andrade - nº 15
- O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL : ALGUNS PROBLEMAS - Joana Almeida - nº 16
- O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS- II- SIDERURGIA - Marta Alves - nº 16
- O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS-III- ENERGIA ELÉTRICA - Marta Alves - nº 17
- ACUMULAÇÃO E EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO AO TRIBUNAL RUSSELL II - Fernando Andrade - nº 18
- A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA - Marta Alves - nº 19
- PETRÓLEO , MONOPÓLIO ESTATAL E CONTRATOS DE RISCO - Marta Alves - nº 21

CO - Marta Alves - nº 21

MANIFESTAÇÕES E DINÂMICA DA CRISE ECONÔMICA - Editorial - nº 22

INFLAÇÃO OU RECESSÃO ? - Marta Alves - nº 25

A POSIÇÃO DO BRASIL NO CAMPO IMPERIALISTA - Fernando Andrade - nºs 25 , 26

O PIS/PASEP E A " REDISTRIBUIÇÃO INDIRETA " - Marta Alves - nº 27

A ASSEMBLEIA DO CUSTO DE VIDA - A. Silva - nº 28

FORÇAS ARMADAS

A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS - B. Miguel - nºs 9 , 10 , 11 , 12 , 13

FORÇAS ARMADAS E RUPTURA DEMOCRÁTICA - P. da Silva - nº 27

LUTA DE IDEIAS NO SEIO DA ESQUERDA

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DOCUMENTO "O PARTIDO E A VANGUARDA" - Marta Alves - nº 1

NÚMERO ESPECIAL CONSAGRADO À FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES - nº 4

PELO APROFUNDAMENTO DA DISCUSSÃO E DA AUTOCRÍTICA DOS REVOLUCIONÁRIOS MARXISTAS DO BRASIL - Editorial - nº 8

A SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO- Miguel Arraes - nº 8

O PC E O OPORTUNISMO - Paulo Lemos - nº 8

A ATUALIDADE DO LENINISMO - Editorial - nº 9

MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MÉDIA - F. Andrade - nºs 9 , 11

AVANÇAR COM O MARXISMO NA LUTA IDEOLÓGICA - Editorial - nº 10

POLÍTICA DE CÍRCULOS E ESPÍRITO DE PARTIDO - Editorial - nº 11

NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS CONCEPÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA - F. Andrade - nº 13

A REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA SEGUNDO O V E O VI CONGRESSO DO PCB - Alice Paiva e Pedro Alves - nº 15

RUMO À AUTOCRÍTICA - F. Gomes - nºs 16 , 17

PELA RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO - Editorial - nº 18

SOBRE AS CONCEPÇÕES DA ALA VERMELHA - Teresa Gui-

Marxismo e Raul de Freitas - nº 19

A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA - Marta Alves - nº 19

A QUESTÃO DA AUTONOMIA - Rolando Fratti - nº 24

MOVIMENTO E A REVOLUÇÃO AFRICANA - nº 26

MR8 : EQUÍVOCOS DE UM CONGRESSO - Marilda de Castro, Teresa Guimarães e Francisca Pereira - nº 28

OS REVOLUCIONÁRIOS E O PARTIDO ÚNICO - Rolando Fratti - nº 29

NOSSAS DIVERGÊNCIAS COM O COMPANHEIRO FRATTI - nº 29

A discussão em torno de "Uma Autocrítica necessária" da TL-ALN :

TL-ALN : UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA - nº 7

POR UM PROGRAMA MARXISTA DA REVOLUÇÃO - F. Andrade - nº 7

UMA IMPORTANTE TOMADA DE POSIÇÃO - Paulo Lemos - nº 7

IMPRESSÕES DE UMA PRIMEIRA LEITURA - A. Silva - nº 7

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A A. SILVA - nº 8

A REORGANIZAÇÃO DOS LENINISTAS BRASILEIROS - A. Silva - nº 8

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A F. ANDRADE - nº 8

ALGUNS EQUÍVOCOS DA LIBERTAÇÃO NACIONAL - F. Andrade - nº 8

A AUTOCRÍTICA QUE NÃO FOI FEITA - DIOGO TAVARES - nº 8, 9

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A PAULO LEMOS - nº 9

SOBRE "UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA" E A DISCUSSÃO EM DEBATE - G. Zani - nº 10

RÉPLICA DO COLETIVO DA TL-ALN NO CHILE AO COMP. F. ANDRADE - nº 10

A DIFICULDADE DE SER DIALÉTICO - F. Andrade - nº 10

RÉPLICA DO COLETIVO DA TL-ALN NO CHILE A A. SILVA - nº 11

A TENDÊNCIA LENINISTA NA ALN E O LENINISMO - A. Silva - nº 11

CONTRIBUIÇÃO À DISCUSSÃO DA A.C.N. - Um coletivo da ALN - nº 12

MARXISMO E RADICALISMO PEQUENO-BURGUES - Pedro Alves - nº 13

LUTA DAS MULHERES

CONTRIBUIÇÃO A UMA ANÁLISE MARXISTA DA QUESTÃO FEMININA - Joana Almeida, Marta Alves, Maria Ribeiro - nº 17

ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA - Maria Ribeiro - nº 20

IMPRENSA FEMININA - Paula Santos e Francisca Pereira - nº 24

MULHERES: CONDIÇÕES DE LUTA - Marlene Antunes - nº 27

O FEMINISMO NO BRASIL, HOJE - Alice Paiva e Helena Oliveira - nº 29

MOVIMENTO OPERÁRIO

NOTAS SOBRE A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL - Fernando Andrade - nº 3

CLASSE OPERÁRIA E CAMADAS MÉDIAS - F. Andrade - nº 5

BALANÇO TRABALHISTA E SINDICAL DO ANO DE 1969 - DIEESE - nº 6

O CAMINHO OPERÁRIO NA LUTA CONTRA A DITADURA - O Círculo - nº 7

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO - Rolando Fratti - nºs 18, 19, 20, 22, 23

O MOVIMENTO OPERÁRIO E OS SINDICATOS - Fernando Andrade - nºs 19, 20

A GREVE DE OSASCO VISTA POR JOSÉ IBRAHIM - F. Andrade - nº 22

O DEBATE NA OPOSIÇÃO SINDICAL - Helio Cintra - nº 24

SOBRE AS COMISSÕES OPERÁRIAS - Luta Sindical - nº 24

PLATAFORMA DE LUTAS DA OPOSIÇÃO SINDICAL - nº 24

O PARTIDO NAS GRANDES EMPRESAS - nº 26

OS COMUNISTAS E A OPOSIÇÃO SINDICAL - F. Andrade - nº 28

OUTROS

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO - Julia Moura - nºs 3, 5

O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO - T. Gerholm e I. Matthis - nº 14

DEBATE

ESTÁ A VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

ITÁLIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

FRANÇA

Librairie-Centre des Pays de Langue
Espagnole et Portugaise
16, rue des Ecoles Paris 5

Librairie Le Tiers-Mythe
21, rue Cujas Paris 5

Librairie Floreal
121, avenue du Maine Paris 14

ÍNDICE

Apresentação	p. 3
crp/r-1	
SOBRE A REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS	p. 5
A.Silva, F.Andrade e M.Alves	
A RUPTURA POSSÍVEL	p. 11
Joana Almeida	
UNIDADE DAS MULHERES:OBJETIVOS E LIMITES	p. 15
Otacílio da Silva	
A LUTA DOS MARINHEIROS	p. 19
Antonio Carvalho	
AS GREVES DO ABC	p. 24
Neno Matos	
EQUIVOCOS DO OBREIRISMO DE DIREITA	p. 28
30 Números de "DEBATE"/Índice Analítico	p. 34

CORRESPONDÊNCIA,
ASSINATURAS,
NUMEROS ATRAZADOS :

DEBATE
c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris
France